



[www.ceicin.com](http://www.ceicin.com). | [ceincin@ceicin.com](mailto:ceincin@ceicin.com). | +244 990 939 243

## **RELATÓRIO DE ESTUDO**

# **“DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO DO LESTE DE ANGOLA – ESTUDO DO IMPACTO DA INDÚSTRIA MINEIRA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DA REGIÃO”**

**- Cátedra CATOCA -**

**AGOSTO DE 2025**

Todos os Direitos Reservados para o Centro de Estudos e Investigação Científica

Projecto SAD (Shining Angolan Diamond) Cátedra Catoca, do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEICin) do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO).

**Director Geral:** Prof. Dr. Zakeu A. Zengo

**Coordenador Técnico:** Prof. Dr. Chocolate Brás

**Assistente de Pesquisa:** Dr.<sup>a</sup> Denise António

Relatório “Desenvolvimento social e económico do Leste de Angola – estudo do impacto da indústria mineira e sua contribuição na transformação sócio-económica da região”.

**Equipa de Investigação:**

Prof. Dr. Zakeu A. Zengo (Supervisor)

Prof. Dr. Chocolate Brás (Coordenador)

Prof. Dr. Francisco Ngongo (Consultor)

Prof. Dr. Lubanza Pedro (Investigador Sénior);

MSc. Macaba Nobre Pedro (Investigador Sénior);

Eng.º Lourenço Lanzi (Assistente de Investigação)

Dr.<sup>a</sup> Denise António (Assistente de Investigação)

Dr. José Miguel (Técnico de Campo)

Eng.<sup>a</sup> Glória Chingalule (Técnica de Campo)

Dr. Hilário Kungo (Técnico de Campo)

Dr.<sup>a</sup> Deolinda Pinto (Técnica de Campo)

Textos (compilação e organização): Prof. Dr. Chocolate Brás e MSc. Macaba Nobre Pedro

Revisão: Prof. Dr. Zakeu Zengo e Prof. Dr. Francisco Kapalu Ngongo

Projecto gráfico, Paginação e Capa: Cusmin Bongo Gongga

## SIGLAS E ABREVIATURAS

AIRA - Hazard Identification and risk assessment  
BAD - Banco Africano de Desenvolvimento  
BM - Banco Mundial  
CEICIN - Centro de Estudos e Investigação Científica  
CEIC-UCAN - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola  
DMS - Dense Medium Separation  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IES - Instituição de Ensino Superior  
IGEO - Instituto Geológico de Angola  
IMETRO - Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
JEPC - Gem and Jewellery Export Promotion Council  
MED - Ministério da Educação  
MIREMPET - Ministério dos Recursos Minerais Petróleo e Gás  
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OGE - Orçamento Geral de Estado  
ONG - Organização Não Governamental  
PAV – Programa Alargado de Vacinação  
PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional  
PK - Processo de Kimberley  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal  
REDALYC – Red de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe  
RSC - Responsabilidade Social Corporativa  
SAD - Shining Angolan Diamond  
SCIELO – Scientific Electronic Library Online  
SM - Sociedade Mineira  
SM Catoca - Sociedade Mineira de Catoca  
ULAN – Universidade Lueji A’Nkonde

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	11
1.2. OBJECTIVOS .....	13
1.3. METODOLOGIA DO ESTUDO.....	15
1.3.1 Técnicas e instrumentos de investigação .....	16
1.3.2 Marco geográfico e temporal .....	16
1.3.3 Procedimentos e considerações éticas.....	16
1.3.4 Limitações do estudo .....	17
1.4. ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTUDO .....	17
<b>2. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS SOCIEDADES MINEIRAS EM ESTUDO</b> .....	18
2.1. SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA .....	18
2.2. SOCIEDADE MINEIRA DO LUELE .....	19
2.3. SOCIEDADE MINEIRA DO FURI .....	21
2.4. SOCIEDADE MINEIRA DO YETWENE.....	22
2.5. SOCIEDADE MINEIRA DO KAIXEPA.....	23
2.6. SOCIEDADE MINEIRA DO CUANGO .....	24
2.7. CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS SOCIEDADES MINEIRAS.....	25
<b>3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	27
3.1. DIMENSÃO ECONÓMICA .....	27
3.1.1. Produção e Receita.....	28
3.1.2. Emprego e impacto sócio-económico no leste de Angola.....	34
3.1.2.1. <i>Empregos directos e indirectos</i> .....	34
3.1.2.2. <i>Políticas de Valorização do Trabalhador</i> .....	37
3.1.3 Percepções da Comunidade e Críticas.....	38
3.1.4 Crise financeira internacional .....	40
3.1.4.1. <i>Mineração Offshore e Onshore</i> .....	42
3.1.4.2. <i>Investimento na indústria mineira</i> .....	43
3.2. DIMENSÃO AMBIENTAL .....	45
3.2.1. Consciência Ambiental .....	46
3.2.2. Adesão aos códigos e normas ambientais .....	49
3.3. DIMENSÃO SOCIAL .....	50
3.3.1 Engajamento das partes interessadas e sustentabilidade .....	50
3.3.1.1 <i>Política comunitária</i> .....	53
3.3.1.2 <i>Desenvolvimento do capital humano e social</i> .....	55
3.3.1.3 <i>Avaliação da Comunidade Académica e Governamental</i> .....	59

3.3.1.4	<i>Saúde ocupacional e comunitária nas regiões mineiras</i> .....	60
3.3.1.5	<i>Habitação</i> .....	65
Tabela 15: Representação comparativa geral de acções de Responsabilidade Social Corporativa .....		68
3.4.	COMPARAÇÃO COM REFERÊNCIAS TEÓRICAS .....	68
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	71
5.	RECOMENDAÇÕES.....	74
5.1	RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS .....	75
6.	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	77

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Cronograma de desenvolvimento da Sociedade Mineira do Furi.....	21
Tabela 2: Representação comparativa das principais acções sociais das sociedades mineiras .....	26
Tabela 3: Produção diamantífera nacional realizada em milhões de quilates de Angola.....	29
Tabela 4: Previsões da produção diamantífera nacional em milhões de quilates .....	30
Tabela 5: Evolução da receita diamantífera nacional realizada em mil milhões de USD .....	31
Tabela 6: Análise comparativa do número de funcionários das Sociedades Mineiras .....	35
Tabela 7: Representação de áreas de engajamento social das empresas mineiras.....	40
Tabela 8: Histórico de crises financeiras internacionais e seu impacto .....	41
Tabela 9: Certificações e licenças ambientais exigidas na actividade mineira .....	46
Tabela 10: Programas da Sociedade Mineira de Catoca .....	54
Tabela 11: Síntese das práticas sociais e ambientais.....	55
Tabela 12: Programas de formação e apoio educacional .....	56
Tabela 13: Projectos e acções de apoio escolar.....	58
Tabela 14: Iniciativas de saúde das empresas mineiras em Angola .....	62
Tabela 15: Representação comparativa geral de acções de Responsabilidade Social Corporativa .....	68

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: produção diamantífera nacional realizada em milhões de quilates .....	29
Gráfico 2: representação comparativa da produção de diamantes .....	31
Gráfico 3: evolução da receita diamantífera nacional realizada em mil milhões USD .....	32
Gráfico 4: Representação do número e tipologia de empregos gerados.....	36
Gráfico 5: Número de beneficiários de programas educativos das Sociedades Mineiras .....	57
Gráfico 6: Número de beneficiários em serviços de saúde das Sociedades Mineiras .....	64
Gráfico 7: Número de casas construídas ou reassentadas pelas Sociedades Mineiras .....	67

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Dimensões essenciais da intervenção social da Sociedade Mineira do Furi.....22

## AGRADECIMENTOS

Este estudo sobre as práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) na indústria diamantífera da região Leste de Angola representa a segunda fase do projecto desenvolvido pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEICin) do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO), sucedendo ao projecto denominado *Shining Angolan Diamond* (SAD). A investigação reveste-se de particular relevância científica e social, ao propor uma análise crítica e sistemática das práticas de RSC no sector mineiro, com ênfase na indústria diamantífera, cujas operações concentram-se maioritariamente naquela região do país.

Considerando os múltiplos impactos - sociais, ambientais e económicos - decorrentes da actividade extrativa, este estudo pretendeu contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos desafios e oportunidades associados ao desenvolvimento sustentável em contextos de intensa exploração mineral. Para além disso, oferece subsídios empíricos e teóricos capazes de orientar a formulação de políticas públicas, estratégias empresariais e iniciativas de envolvimento comunitário, promovendo, assim, práticas corporativas mais responsáveis, inclusivas e alinhadas com os referenciais normativos internacionais.

A elaboração do presente relatório foi conduzida por uma equipa multidisciplinar de investigação, sob a coordenação do investigador Chocolate Brás (Coordenador Técnico do CEICin/IMETRO), e contou com a participação dos investigadores seniores Lubanza Pedro e Macaba Nobre Pedro, bem como dos assistentes de investigação Denise António e Lourenço Lanzi. A equipa foi ainda enriquecida pela colaboração dos investigadores juniores Glória Chingalule, José Miguel, Deolinda Pinto e Hilário Kungo.

O relatório foi desenvolvido sob a orientação e supervisão do Professor Zakeu Zengo (Presidente do IMETRO), com o apoio técnico e consultoria especializada do Dr. Francisco Ngongo, especialista em estudos de paz e desenvolvimento.

A equipa de investigação expressa os seus agradecimentos ao Dr. Zacarias Samba (Chefe do Departamento de Formação Profissional da Sociedade Mineira de Catoca), bem como aos senhores Francisco Pole, António Muanza Loje, Mário Domingos e Emídio Sacamboio (funcionários seniores da mesma empresa), pela colaboração construtiva prestada ao longo da realização do estudo e na elaboração do relatório final.

## 1. INTRODUÇÃO

Angola é caracterizada por possuir uma grande diversidade de recursos naturais, um grande potencial ao nível agrícola, mineral, piscatório e florestal. Entretanto, a administração desses e outros recursos é feita pelo Governo Central, desconcentradas entre as províncias e seus municípios, pelo poder local.

A região leste de Angola, que constitui o marco geográfico do presente estudo, integra as províncias da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico Leste e Moxico, que juntas somam 55 municípios, e uma extensão territorial de 404.419Km<sup>2</sup>, além de uma população total estimada em 2022 de 2.458.400 habitantes, sendo também o mais rico território em recursos naturais de origem geológica, líder na exploração dos diamantes (Cf. INE Anuário Estatístico Social, 2022).

Dados do governo (Cf. INE Relatório da Pobreza para Angola, 2020) indicam que a região estava entre as mais pobres de Angola, cuja média do índice de pobreza rondava os 41%, com uma significativa parcela de seus habitantes a viver abaixo do limiar da pobreza. Além disto, a taxa de desemprego da população em idade activa caracteriza-se como alta. Por exemplo, em 2020, A província da Lunda Sul registou a maior taxa de desemprego no país, com 53,0%. Destaca-se ainda o facto de uma taxa significativa das crianças estavam fora do sistema escolar, acrescida da escassez de profissionais de saúde, resultando na baixa proporção de médicos por habitante.

Esforços do governo têm vindo a apostar na melhoria das infraestruturas físicas de apoio ao desenvolvimento na região. Contudo, até 2015 uma parte considerável da rede rodo-ferroviária ainda necessitava de reabilitação (Cf. INE Anuário Estatístico Social, 2022). Os avanços na solução desses constrangimentos continuam a ser insignificantes até esta data. Neste sentido, faz-se necessário a criação de sinergias entre o governo e o sector privado para que a situação seja resolvida, tanto no que a livre circulação de pessoas e bens diz respeito, quanto a mitigar os graves problemas de bem-estar humano ao nível da região.

Actualmente, cerca de 60 empresas do sector mineiro operam na região Leste de Angola, impactando directamente o desenvolvimento local. A presença dessas empresas conheceu aceleração considerável nos últimos 20 anos, não apenas do número de novas empresas mineradoras, como este relatório demonstra, mas também de toda uma cadeia de indústrias e serviços voltados para a economia dos diamantes e demais minérios (Cf. INE Anuário Estatístico Social, 2022).

## 1.1.JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A compreensão do impacto desta robusta indústria no desenvolvimento local da região Leste, isto é, na vida das populações nos diferentes domínios residentes na região Leste, requer não só o levantamento de dados de impacto por parte das autoridades governamentais e a gestão das empresas do sector directamente envolvidas, mas de estudos académicos e pesquisas de entidades independentes.

Considerando que a maioria dos estudos sobre Angola estão concentrados em Portugal e no Brasil, principalmente em Portugal, nos seus programas de pós-graduação, foi realizada uma análise bibliográfica a partir da base de dados do SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*) para produções brasileiras, e na base de dados portuguesa do RCAAP (Repositórios Científico de Acesso Aberto de Portugal), e ainda na base de dados REDALYC (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe*) quanto aos demais estudos internacionais .

Este levantamento foi realizado inicialmente nos meses de março e abril de 2025, com a utilização de quatro descritores principais: “região leste Angola”, “desenvolvimento social”, “economia Angola” e “responsabilidade social”. Um segundo levantamento foi efectuado no mês de julho, concomitantemente à análise dos dados empíricos obtidos durante a pesquisa de campo. Ambos resultaram na identificação de apenas oito (08) produções académicas específicas sobre a região em questão, evidenciando uma lacuna significativa na literatura e, conseqüentemente, a urgência de se promoverem novos estudos voltados à compreensão e ao desenvolvimento da região leste de Angola.

Das produções científicas mapeadas, duas abordam o desenvolvimento da educação escolar na região leste de Angola, evidenciando a relevância sociopolítica recorrente deste domínio. As demais cinco publicações concentram-se no sector mineiro, com especial destaque para a Sociedade Mineira de Catoca (SM Catoca), uma das principais referências na exploração diamantífera do país.

No âmbito da investigação académica, Ferreira (2014), em sua tese de doutoramento, analisou a relação entre os recursos naturais e o desenvolvimento de Angola, propondo uma releitura crítica do conceito de “maldição dos recursos”. A pesquisa evidencia os desafios associados à gestão dos recursos naturais, destacando implicações políticas e económicas para o desenvolvimento sustentável do país.

Coqueia (2014), em dissertação de mestrado, propôs uma metodologia de controlo geoambiental aplicada à bacia de contenção de rejeitados da SM do Catoca. Seu trabalho objectivou não apenas caracterizar essa metodologia, mas também diagnosticar as condições estruturais, operacionais e ambientais da bacia, incorporando os princípios da sustentabilidade social, económica e ecológica.

Pereira (2017), também em pesquisa de mestrado, dedicou-se à optimização do circuito de tratamento do minério diamantífero no Módulo 2 da central de processamento da Sociedade Mineira de Catoca. A pesquisa buscou avaliar a eficiência tecnológica do processo e sua contribuição para os objectivos estratégicos da empresa, visando ao desenvolvimento de novas abordagens técnicas que possibilitem o aumento da produtividade.

Naval (2020), focou sua investigação nos estudos geológicos relacionados ao jazigo de Catoca, oferecendo uma contribuição relevante para sua caracterização em nível de entendimento técnico-científico. Por sua vez, Baptista (2022), igualmente em dissertação de mestrado, propôs metodologias alternativas para a deposição de rejeitados de minério de ferro oriundos dos depósitos de Cassinga. O estudo também analisou a viabilidade de reutilização de uma antiga barragem de contenção, propondo diretrizes de controle geoambiental para o novo sistema de lavaria a ser instalado na região de Jamba Mineira.

A pesquisa de mestrado de Nuno Silva (2021), aborda o levantamento das ravinas na província da Lunda-Norte e seu impacto nas políticas de desenvolvimento social e humano da região. A pesquisa examina a extensão e as causas do problema das ravinas, analisando como elas afectam a vida das comunidades locais e as ações necessárias para mitigar seus efeitos.

Todos estes estudos evidenciam que, não obstante existirem alguns estudos voltados para a região leste de Angola, sobretudo nas áreas de mineração e educação, a incidência da pesquisa científica sobre os problemas da região leste de Angola ainda é insuficiente frente à complexidade e importância estratégica da região. Por outro lado, a concentração desses estudos na Sociedade Mineira de Catoca revela a relevância deste empreendimento no conjunto dos demais, por um lado, mas também a carência de estudos mais abrangentes sobre o impacto de todo o sector empresarial mineiro na região.

Dada a crescente relevância da mineração para a economia nacional e os desafios associados à sustentabilidade, é imperativo fomentar o estímulo da produtividade científica aplicada ao desenvolvimento social e económico da região, como bem tem vindo a fazer a Sociedade Mineira de Catoca, com vistas a embasar políticas públicas eficazes, promover o desenvolvimento regional equilibrado e garantir uma gestão responsável dos recursos naturais.

É oportuno destacar neste sentido o estudo intitulado “Responsabilidade Social Corporativa – o caso do sector dos diamantes no Leste de Angola”, desenvolvido pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN, 2025), com o apoio institucional do CMI – Chr. Michelsen Institute. Esta pesquisa havia concluído que a exploração diamantífera constitui a principal actividade económica da região leste de Angola. No entanto, sua predominância tem gerado efeitos adversos sobre o desenvolvimento de outros sectores produtivos,

com ênfase na agropecuária. Além disto o estudo aponta ainda que os impactos mais significativos da actividade mineira na região incluem efeitos negativos, como o agravamento dos níveis de desemprego, o aumento acelerado da taxa de urbanização e a elevação do custo de vida, especialmente na província da Lunda Sul. No que concerne à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) das empresas do sector mineiro, constatou-se nesse estudo que, em geral, estas priorizam abordagens de natureza política em detrimento de estratégias integrativas e, com ainda menor frequência, de abordagens fundamentadas em princípios éticos.

Entretanto, a Sociedade Mineira de Catoca é destacada como uma excepção, sendo apontada como exemplo de compromisso com práticas de responsabilidade social. Segundo o estudo, a empresa destina entre 0,5% e 2% de sua receita bruta anual a projectos sociais. Os impactos positivos desses investimentos têm sido notados, sobretudo, nos domínios do desporto, da educação e da preservação cultural (CEIC-UCAN, 2025, slide 13).

Diante da escassez de estudos aprofundados sobre a exploração mineira em Angola, sobre as práticas de responsabilidade social corporativa no sector extrativo, bem como os impactos socioeconómicos desta actividade na vida das populações locais, justifica-se a realização do presente estudo. Esta investigação, uma iniciativa do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEICIN) do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO), insere-se no âmbito do Projecto “*Shining Angolan Diamond*” (SAD), associado a iniciativa da Cátedra Catoca desta instituição. Seu objectivo é analisar, por meio da combinação de dados primários e secundários, em que medida as empresas de extração mineira contribuem para o desenvolvimento socioeconómico da região leste de Angola, área marcada por uma elevada concentração de jazigos diamantíferos.

A estrutura analítica do estudo fundamenta-se no conceito de Responsabilidade Social Corporativa, buscando compreender a correlação entre os projectos e ações desenvolvidos pelas empresas do sector e os indicadores de desenvolvimento socioeconómico observados na região ao longo dos últimos anos.

## 1.2.OBJECTIVOS

Este estudo teve como principal objectivo compreender o desenvolvimento social e económico do Leste de Angola, através da análise da actuação da indústria mineira e sua contribuição na transformação sócio-económica da região. Especificamente, buscou:

- a. Destacar as principais questões da indústria mineira de Angola no que diz respeito às práticas de RSC das empresas mineiras nas províncias de Leste de Angola;

- b. Analisar as diferenças entre as políticas e práticas das empresas, utilizando os *Benchmarks*, critérios e princípios da estrutura *Benchmarks*;
- c. Analisar os programas e planos de RSC das principais empresas mineiras instaladas na região, com realce para a Sociedade Mineira de Catoca, maior empresa mineira de Angola, e o impacto dos mesmos nas transformações sociais e económicas registadas na região;
- d. Inventariar as principais transformações sociais, económicas e humanas que ocorreram em cada sub-região do leste do País, no intervalo que designaremos de “ponto de viragem” do crescimento da indústria mineira baseada na região;
- e. Fazer recomendações viáveis para incentivar práticas consistentes de responsabilidade social corporativa e melhorar o desenvolvimento sustentável na região.

A relevância do estudo justifica-se pela abordagem crítica e sistemática das práticas de RSC no sector mineiro, com enfoque particular na indústria diamantífera. Ao considerar os impactos sociais, ambientais e económicos da actividade extrativa no leste de Angola, este estudo buscou contribuir para a compreensão dos desafios e oportunidades inerentes ao desenvolvimento sustentável em áreas de grande exploração mineral. Além disso, oferece subsídios empíricos e teóricos que podem orientar políticas públicas, estratégias empresariais e o engajamento das comunidades locais, promovendo assim uma actuação corporativa mais responsável, inclusiva e alinhada com padrões internacionais.

Finalmente destacar que este estudo se fundamenta metodologicamente nas melhores práticas de pesquisa de campo reconhecidas, utilizando como referência os *benchmarks* e os princípios globais da responsabilidade corporativa. Tais princípios orientam-se na avaliação sistemática da performance empresarial e constituem elementos essenciais tanto na concepção quanto na execução da presente investigação.

Os temas associados ao conceito de responsabilidade social corporativa neste estudo abrangem, entre outros, a saúde e segurança dos trabalhadores, o acesso à educação, a gestão de fluxos migratórios e de assentamentos, a proteção ambiental, a erradicação da pobreza, a criação de empregos, o desenvolvimento económico local, as questões de género e a avaliação das necessidades de desenvolvimento das comunidades afectadas.

Na primeira fase os investigadores conduziram um intenso e abrangente trabalho de campo nas províncias de Lunda Sul, Lunda Norte, e Moxico, seguindo-se uma criteriosa análise de relatórios e documentos sobre as políticas e acções de responsabilidade social de algumas empresas mineiras actuaes na região, assim como de documentos comparativos de países com contextos semelhantes.

### 1.3. METODOLOGIA DO ESTUDO

O presente estudo adopta uma abordagem metodológica mista, conforme definido por Creswell (2003) e Teddlie e Tashakkori (2009), combinando métodos quantitativos e qualitativos para investigar a responsabilidade social corporativa no sector mineiro da Região Leste de Angola. Essa escolha deve-se ao carácter exploratório da pesquisa e à dificuldade de acesso a dados confiáveis e transparentes no sector. Os dados foram obtidos a partir de revisão da literatura, análise de documentos institucionais e levantamento em campo com comunidades locais e autoridades.

A coleta de dados foi realizada de forma simultânea, utilizando estratégias mistas como a *Sequential Explanatory Strategy* e a *Sequential Transformative Strategy*, que permitiram integrar resultados quantitativos e qualitativos em uma única estrutura analítica (Paranhos et al., 2016). Questionários foram aplicados a amostras aleatórias e complementados com entrevistas a gestores de empresas mineiras, membros do governo provincial e grupos focais com instituições de ensino superior das províncias da Lunda Sul, Lunda Norte e Moxico.

A abordagem qualitativa teve como foco a análise dos significados, valores, atitudes e crenças dos envolvidos, aspectos que não podem ser reduzidos a variáveis mensuráveis. Segundo Minayo (2001, como citado em Gerhardt & Silveira, 2009), a pesquisa qualitativa é essencial para compreender fenómenos sociais complexos, sendo caracterizada por sua flexibilidade e adequação ao contexto observado. Ela foi particularmente útil para captar percepções subjectivas sobre a actuação das empresas em responsabilidade social.

Em contrapartida, a abordagem quantitativa permitiu a mensuração objectiva das informações, buscando validar dados e estabelecer relações causais. Haja vista que a pesquisa quantitativa é especialmente eficaz para medir opiniões, atitudes e preferências, e foi aplicada com base em métodos dedutivos e inferência estatística, conforme defendido por Proetti (2017). Assim, a combinação das duas abordagens aumentou a robustez e a confiabilidade da análise.

O enfoque metodológico do estudo é descritivo e exploratório, apropriado para temas pouco investigados e para proporcionar uma primeira aproximação com o campo empírico. Conforme argumenta Gil (2010), esse tipo de estudo permite elaborar hipóteses e validar instrumentos de pesquisa, sendo particularmente útil na observação directa de contextos sociais específicos. A descrição e classificação dos fenómenos observados contribuíram para expandir o entendimento sobre a responsabilidade social no sector mineiro.

Por fim, destaca-se que a adopção de uma abordagem mista, conforme defendido por Clark e Creswell (2010), favoreceu a triangulação de dados e a ampliação da compreensão dos resultados. A pesquisa buscou integrar dados objectivos e subjectivos, fornecendo uma visão mais holística e

profunda da realidade social estudada. Essa estratégia metodológica mostrou-se essencial para capturar a complexidade do fenómeno e contribuir para o avanço do conhecimento científico no contexto angolano.

### 1.3.1 Técnicas e instrumentos de investigação

O estudo adoptou uma abordagem metodológica com instrumentos mistos de colecta de dados, como análise documental, questionários, entrevistas estruturadas, observação directa e grupos focais. Essa combinação foi escolhida pela sua capacidade de gerar dados complementares e significativos sobre a percepção dos diferentes actores sociais quanto às acções de RSC das empresas mineiras e seu impacto no desenvolvimento socioeconómico da Região Leste de Angola. Os instrumentos permitiram tanto a colecta de dados em larga escala quanto o aprofundamento qualitativo com sujeitos específicos.

### 1.3.2 Marco geográfico e temporal

A pesquisa foi conduzida nas províncias da Lunda-Sul, Lunda-Norte e Moxico, áreas onde se concentram a maioria das empresas mineiras do país. A província do Moxico Leste ficou de fora devido à menor presença empresarial. O marco temporal do estudo abrange o período de 2022 a 2025, focando na análise da percepção e satisfação de diferentes grupos sociais beneficiados (ou não) pelas acções de RSC desenvolvidas na região. O público-alvo incluiu autoridades governamentais, tradicionais e religiosas, responsáveis pelas áreas de sustentabilidade das empresas, comunidade académica, população local e profissionais de saúde.

### 1.3.3 Procedimentos e considerações éticas

Quanto aos procedimentos adoptados, o estudo seguiu etapas organizadas: levantamento bibliográfico inicial, preparação e validação dos instrumentos, contatos prévios com empresas e autoridades, visitas técnicas às empresas e comunidades, além da transcrição e análise dos dados colectados. Essa estrutura metodológica buscou garantir o rigor científico e a validade das informações obtidas ao longo da investigação.

O presente estudo observou rigorosamente os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a participação voluntária dos sujeitos, que puderam se retirar a qualquer momento sem prejuízo. Os pesquisadores asseguraram que não haveria danos físicos ou psicológicos aos participantes, e todas as informações colectadas foram tratadas com anonimato e confidencialidade. Os participantes autorizaram o uso de dados e imagens, especialmente para fins de documentação das

sessões de trabalho e acções de RSC, com pleno conhecimento dos objectivos e procedimentos do estudo.

#### 1.3.4 Limitações do estudo

Apesar do compromisso com a confiabilidade dos resultados, o estudo enfrentou algumas limitações operacionais, como atrasos na autorização para visitas técnicas, dificuldades de acesso a algumas empresas devido à distância geográfica e obstáculos no acesso a documentos corporativos e relatórios dos governos provinciais. Esses desafios impactaram parcialmente o processo de colecta de dados e o aprofundamento das análises em determinados casos.

Em termos metodológicos, as principais limitações incluem a não representatividade da amostra, o que impede a generalização dos resultados para todo o universo pesquisado. Além disso, os achados indicam a necessidade de estudos complementares para aprofundar a análise dos impactos socioeconómicos da actividade mineira na Região Leste de Angola. Essas limitações, no entanto, não comprometem a relevância dos resultados obtidos, que oferecem uma base inicial importante para futuras pesquisas na área.

#### 1.4. ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTUDO

O estudo foi estruturado em quatro (4) secções principais, a primeira contemplando os elementos introdutórios da investigação, nomeadamente uma breve contextualização, os objectivos da pesquisa, a justificativa para a sua realização, ancorada no actual estado do debate acerca da RSC e opções metodológicas adoptadas pela equipa de investigação, as quais foram definidas em função do carácter exploratório da pesquisa e da complexidade inerente à análise de um sector que, em muitos aspectos, carece de transparência e acesso facilitado à informação.

Na segunda secção, faz-se a caracterização institucional das principais empresas e sociedades mineiras envolvidas no estudo, com ênfase em informações históricas sucintas e na capacidade técnica instalada. O objectivo é delinear o potencial impacto socioeconómico dessas entidades, proporcionando uma visão abrangente do contexto institucional e operacional do sector mineiro.

A terceira secção é dedicada à apresentação, análise e discussão dos dados empíricos colectados por meio da pesquisa de campo, os quais são interpretados em articulação com a análise documental e bibliográfica previamente realizada. Por fim, a quarta e última secção apresenta as considerações finais do estudo, destacando os principais resultados da investigação, sugestões e recomendações para pesquisas futuras que possam aprofundar o conhecimento sobre o sector mineiro e sua relação com o desenvolvimento regional sustentável.

## 2. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DAS SOCIEDADES MINEIRAS EM ESTUDO

Esta secção apresenta uma caracterização institucional das principais empresas e sociedades mineiras envolvidas no estudo, com ênfase em informações históricas sucintas e na capacidade técnica instalada do ponto de vista do pessoal e da produção.

### 2.1. SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA

A Sociedade Mineira de Catoca é uma empresa de direito angolano, constituída oficialmente em 1993, fruto de uma parceria estratégica entre a empresa estatal Endiama E.P. (Empresa Nacional de Diamantes de Angola), a gigante russa Alrosa e a Endiama Mining, formando uma parceria com o objectivo de explorar os depósitos kimberlíticos do país, com foco inicial no kimberlito Catoca, na província da Lunda Sul.

A Sociedade Mineira de Catoca é o principal activo da empresa com 2.832 trabalhadores, dos quais 95% são angolanos e destaca-se como a quarta maior mina de diamantes a céu aberto do mundo, com um impacto directo na economia angolana. Desde a sua constituição, a mina tem se caracterizado por operar com tecnologias de ponta tanto a nível da prospecção, extracção, processamento e recuperação de diamantes, com uma capacidade instalada de tratamento de milhões de toneladas de minério por ano (CATOCA, 2023).

A Sociedade Mineira de Catoca tem sido responsável, em média, por mais de 75% da produção nacional de diamantes, sendo uma das maiores contribuintes em termos de receitas fiscais, cambiais e desenvolvimento regional em Angola. O seu modelo de gestão interliga a eficiência económica a uma forte vertente de responsabilidade social e ambiental, investindo fortemente nas seguintes áreas:

- a. Infraestruturas habitacionais para os seus trabalhadores;
- b. Educação, saúde e abastecimento em comunidades vizinhas;
- c. Sustentabilidade ambiental, com monitoramento e mitigação dos impactos das suas actividades.

Além disso, a empresa tem se engajado em acções de diversificação económica local, promovendo a agricultura, a piscicultura e o empreendedorismo comunitário. A análise da actuação da Sociedade Mineira de Catoca evidencia o seu papel estratégico no sector mineiro angolano e na economia nacional de forma geral. Desde a sua criação, em 1993, a empresa tem se destacado não apenas pelo volume expressivo da sua produção - responsável por mais de 75% da produção nacional de diamantes -, mas também pela adopção de tecnologias avançadas e por seu modelo de gestão que alia eficiência económica à responsabilidade social e ambiental.

A Sociedade Mineira de Catoca representa um exemplo de como a actividade mineira pode ser conduzida de forma integrada ao desenvolvimento regional. Seus investimentos em infraestruturas sociais, como habitação, saúde, educação e abastecimento para comunidades locais, bem como em práticas de mitigação ambiental e diversificação da economia rural, revelam um compromisso com o desenvolvimento sustentável da província da Lunda Sul e do país como um todo.

Diante do seu impacto económico e social, torna-se evidente a necessidade de aprofundar os estudos sobre as práticas de responsabilidade social corporativa no sector mineiro angolano. A experiência da Sociedade Mineira de Catoca pode servir de referência e base comparativa para outras empresas do sector e contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, voltadas à promoção de um desenvolvimento inclusivo e equilibrado nas regiões de exploração de recursos naturais.

## 2.2.SOCIEDADE MINEIRA DO LUELE

A Sociedade Mineira do Luele é uma empresa de direito angolano, inaugurada em 27 de Novembro de 2023, fruto da fusão da mina do Luaxe. A sua estrutura societária é dividida entre Sociedade Mineira de Catoca (50,5%), Endiama (44,5%), *Reform* (4,0%) e o Instituto Geológico de Angola (IGEO) com (1,0%).

A Sociedade Mineira do Luele é uma das mais importantes minas de exploração de diamantes a céu aberto em Angola, emprega mais de 1.800 trabalhadores - de acordo com a “Minas de Angola”, destacando-se como a segunda maior mina do mundo nesse tipo de exploração. A mina tem grande relevância económica para o país, contribuindo significativamente para o mercado diamantífero e para o desenvolvimento da região.

Ela foi estabelecida para aproveitar os ricos depósitos de diamantes da região, integrando-se às estratégias nacionais para a valorização dos recursos minerais de Angola. O projecto surgiu da necessidade de ampliar a capacidade produtiva do sector diamantífero, diante da crescente demanda global e do potencial geológico da Lunda Sul.

A Sociedade Mineira do Luele tem uma previsão de produção de 529 milhões de quilates. Ao longo dos anos (antigamente Luaxe), a mina passou por diversas fases de expansão e modernização das suas instalações, visando aumentar a eficiência da exploração e recuperação dos diamantes. A construção de um bairro social para realojamento das comunidades próximas às operações é um dos principais projectos sociais vinculados à mina, com a criação de habitações, escolas, postos médicos e centros de formação profissional.

Tal como a Sociedade Mineira do Catoca, Luele desenvolve também um amplo programa de responsabilidade social, com iniciativas que incluem:

- a. Melhoria do acesso à saúde e educação para as comunidades locais;
- b. Implementação de sistemas de abastecimento de água potável;
- c. Promoção de actividades culturais, desportivas e de lazer, como a Taça Luele, que envolve jovens das comunidades vizinhas;
- d. Apoio social contínuo por meio de doações e programas de sensibilização.

Além da importância económica, a Sociedade Mineira de Luele exerce um impacto social positivo, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para o desenvolvimento sustentável da província da Lunda Sul. Na sua actuação combina eficiência operacional com compromisso social, refletindo um modelo de mineração responsável.

A constituição e operação da Sociedade Mineira do Luele representam um marco significativo no panorama da mineração angolana, consolidando a província da Lunda Sul como um dos principais polos diamantíferos do país e do mundo. Ao resultar da fusão estratégica da mina do Luaxe, com uma estrutura societária que reflete a articulação entre o setor público e privado, evidenciando uma política de valorização dos recursos minerais nacionais, a Sociedade Mineira do Luele destaca-se não apenas por sua expressiva capacidade produtiva - com uma previsão de extração de 529 milhões de quilates - , mas também pelo seu impacto na economia nacional e no desenvolvimento local. A adoção de tecnologias modernas, a expansão das suas instalações e a criação de infraestruturas sociais, como habitação, saúde, educação e formação profissional, revelam uma abordagem integrada e responsável da atividade mineira.

O seu programa de responsabilidade social corporativa contempla um conjunto de iniciativas que vão além da mitigação dos impactos negativos da mineração, promovendo efetivamente a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. A promoção de actividades culturais, desportivas e de lazer, bem como a implementação de sistemas de abastecimento de água potável, demonstram o compromisso da empresa com o desenvolvimento humano e sustentável.

Assim, a experiência da Sociedade Mineira do Luele reforça a importância de se aprofundarem os estudos sobre os impactos económicos, sociais e ambientais da mineração em Angola, particularmente na região leste. A empresa oferece um exemplo concreto de mineração responsável, cuja análise pode contribuir para o aprimoramento de políticas públicas e estratégias empresariais voltadas à gestão sustentável dos recursos naturais e ao fortalecimento do desenvolvimento regional inclusivo.

### 2.3. SOCIEDADE MINEIRA DO FURI

A Sociedade Mineira do Furi está localizada em Fucauma, no município de Cambulo, na província da Lunda Norte, abrangendo uma área de aproximadamente 956 km<sup>2</sup>. Em termos de produção efectiva, o início deu-se no ano 2019, não obstante haver dados que sinalizam que ela tem produzido 300.215,27 quilates já desde o período 2018 a 2022, com depósitos do tipo aluvião secundário, onde os diamantes são extraídos de depósitos transportados e acumulados ao longo do tempo por processos naturais em rios e leitos aluviais.

Atualmente, o projecto emprega cerca de 735 trabalhadores, reforçando a importância do empreendimento para a geração de empregos diretos na região. Ao longo do seu desenvolvimento, a empresa seguiu um cronograma estruturado em três fases principais:

Tabela 1: Cronograma de desenvolvimento da Sociedade Mineira do Furi

FASE	FUNDAMENTAÇÃO
PRIMEIRA	Decorrida entre agosto de 2019 a abril de 2021, esta etapa foi marcada pela abertura das frentes de extracção e a estabilização da produção regular, alcançando uma média mensal de 6.500 quilates. O foco principal foi a consolidação das operações e estabelecimento de processos produtivos consistentes.
SEGUNDA	Nesta fase houve um investimento significativo na instalação de uma terceira unidade de pré-tratamento com capacidade de 180 toneladas por hora (t/h), agregada a uma unidade de tratamento por meio do processo de gravidade densa (DMS - <i>Dense Medium Separation</i> ). Esta expansão foi implantada nas áreas de Xifuto e Sampanhe. Como resultado, a produção aumentou para 10.000 quilates/mês, representando um incremento de 54% em relação à fase anterior.
TERCEIRA	Visando aumentar ainda mais a capacidade, foi planeada e colocada em andamento a instalação de uma quarta unidade de pré-tratamento com capacidade de 70 t/h, localizada nas proximidades das áreas de Mussalala e Mugigi. A produção estimada para esta fase ultrapassa 15.000 quilates/mês, configurando um aumento adicional de 50% em relação à segunda fase.

FONTE: Sociedade Mineira do FURI, 2025.

No âmbito da RSC, a Sociedade Mineira do Furi desenvolve o projecto Fucauma como um dos seus compromissos sociais mais robusto, actuando em diversas frentes para melhorar a qualidade de vida das comunidades impactadas. Dentro da sua actuação, o projecto intervém nas seguintes dimensões: geração de emprego local, infraestrutura social, energia e água, e projecto agrícola.

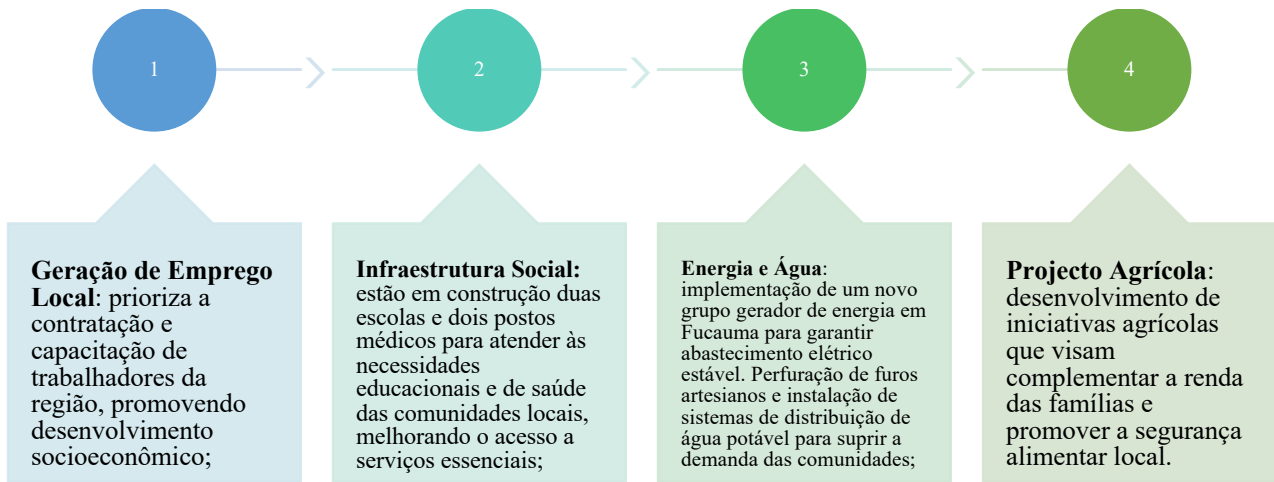


Figura 1: Dimensões essenciais da intervenção social da Sociedade Mineira do Furi  
 FONTE: Sociedade Mineira do FURI, 2025.

## 2.4.SOCIEDADE MINEIRA DO YETWENE

A Sociedade Mineira do Yetwene, Lda., é uma sociedade comercial de direito angolano, localizada na província da Lunda Norte, inaugurada pelo Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás em 24 de Abril de 2023 (Dia do Mineiro), cujo objecto restringe-se à prospecção, pesquisa, reconhecimento, exploração, tratamento e comercialização de diamantes brutos, de forma sustentável, garantindo um impacto directo e positivo nas comunidades locais.

De acordo com o portal/revista “Minas de Angola”, a Sociedade Mineira do Yetwene emprega até a data 217 colaboradores, maioritariamente jovens, para além de 300 postos de trabalho indirecto, grande parte deles para os residentes da Província. A mina está localizada na bacia hidrográfica do Rio Tchicapa, uma área de grande relevância geológica para a mineração de diamantes. Esta região é notória pela presença de depósitos primários de kimberlitos, uma rocha ígnea intrusiva que contém diamantes em sua formação, bem como depósitos secundários de aluvião formados pela acção da erosão e transporte fluvial.

O sistema de drenagem proporcionado pelo Rio Tchicapa é um factor crucial para a formação dos depósitos diamantíferos secundários encontrados na área de concessão desta Sociedade. A distribuição do minério ocorre tanto nas margens quanto no leito do rio, onde sedimentos ricos em diamantes foram depositados ao longo de milhares de anos por processos naturais de erosão e sedimentação.

Após extensas campanhas de prospecção e avaliação realizadas durante vários anos, os resultados indicaram um potencial significativo para a extração diamantífera. Com base nos dados obtidos, iniciou-se a fase de produção em maio de 2023, com um portfólio que inclui reservas provadas e prováveis estimadas em 2.002.598,05 quilates. Importa referir que esta transição do estágio de

prospecção para a produção marca um avanço estratégico, consolidando a Sociedade Mineira do Yetwene como um actor importante na indústria diamantífera angolana e regional.

A Sociedade Mineira do Yetwene, no quadro da sua política institucional, compromete-se a realizar a exploração mineral com responsabilidade ambiental e social, alinhando seus processos operacionais a práticas sustentáveis. Para tanto, adopta medidas rigorosas visando minimizar os impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades locais, buscando um equilíbrio entre:

- a. A eficiência e produtividade da extração diamantífera;
- b. A proteção dos ecossistemas fluviais e terrestres;
- c. O respeito aos direitos e bem-estar das populações circunvizinhas.

Este compromisso tem vindo a resultar em políticas de manejo ambiental, monitoramento contínuo dos impactos e iniciativas para mitigar possíveis efeitos adversos. Além disso, a mina promove ações para assegurar a viabilidade econômica da operação, garantindo que os benefícios da actividade se reflitam em desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Assim, a transição da Sociedade Mineira do Yetwene para a fase de produção representa não apenas um marco estratégico na consolidação do seu posicionamento na indústria diamantífera angolana, mas também a afirmação de um modelo de mineração pautado pela responsabilidade ambiental e social. Com reservas expressivas e um compromisso claro com a sustentabilidade, a empresa demonstra que é possível aliar eficiência operacional à proteção dos ecossistemas e ao respeito pelas comunidades locais. Ao adotar práticas de gestão ambiental rigorosas e iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável, a Sociedade Mineira do Yetwene reforça seu papel como uma operadora moderna, consciente e alinhada com os desafios e exigências do sector mineiro contemporâneo.

## 2.5.SOCIEDADE MINEIRA DO KAIXEPA

A Sociedade Mineira do Kaixepa está localizada na província da Lunda Norte, Angola, abrangendo uma área total de 75 km<sup>2</sup>. O projecto inclui a exploração dos depósitos de Camutue, que compreende dois principais poços em actividade no Kaixepa e no Camutue Oeste. Esta região é reconhecida pelo seu elevado potencial diamantífero, o que torna a Sociedade Mineira do Kaixepa uma das operações mais importantes na área.

Em operação desde 2021 com 750 colaboradores, 90% dos quais angolanos, a Sociedade Mineira do Kaixepa tem demonstrado um crescimento robusto e contínuo, considerando dados que sinalizam uma produção de 425.735,35 quilates entre 2018 e 2022, reflectida no aumento expressivo

das vendas e das receitas líquidas. Este desempenho evidencia a eficiência operacional da empresa e sua capacidade de consolidar a posição no mercado nacional e internacional de diamantes.

Além do foco na eficiência produtiva, a Sociedade Mineira do Kaixepa investe em práticas responsáveis para minimizar impactos ambientais e sociais decorrentes da mineração. A implementação da bacia de rejeitos com tecnologia limpa reforça este compromisso, buscando assegurar a segurança hídrica e preservar os ecossistemas locais.

A empresa também demonstra preocupação contínua com a inclusão social e a melhoria das condições de vida das comunidades próximas, por meio da criação de empregos e infraestrutura, alinhando seus objetivos económicos com o desenvolvimento sustentável regional.

Dessa forma, a Sociedade Mineira do Kaixepa destaca-se como um exemplo de operação mineira responsável e eficiente em Angola, aliando o alto desempenho na produção diamantífera ao compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento social. Com uma força de trabalho predominantemente angolana e investimentos em tecnologia limpa, a empresa não apenas impulsiona a economia local e nacional, mas também contribui para a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida das comunidades vizinhas. Sua atuação sólida desde 2021 reafirma o papel estratégico da Sociedade Mineira do Kaixepa no sector mineiro, promovendo um modelo de crescimento que valoriza tanto os recursos naturais quanto o capital humano.

## 2.6. SOCIEDADE MINEIRA DO CUANGO

A Sociedade Mineira do Cuango é uma empresa angolana de prospecção e exploração de diamantes. Criada a 19 de Setembro de 2004, é constituída pela ENDIAMA EP, ITM e a LUMANHE. A sua área concessionada situa-se na província da Lunda-Norte, no município do Cuango e do Xá Muteba, com 1195 km<sup>2</sup> de extensão na zona hidrográfica do Rio Cuango. A Sociedade Mineira do Cuango tem aproximadamente 600 trabalhadores, dos quais mais de 400 são angolanos e cerca de 200 estrangeiros. Dados recolhidos apontam que ela produziu 1.196.858,48 quilates só no período de 2018 a 2022.

Com base nos dados obtidos, a Sociedade Mineira do Cuango tem um forte compromisso com a responsabilidade social corporativa, actuando em diversas áreas para melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e promover o desenvolvimento sustentável. A empresa investe em educação, saúde, infraestrutura e agricultura, além de buscar minimizar o impacto ambiental de suas operações.

A Sociedade Mineira do Cuango desenvolve diversas acções de RSC com foco nas seguintes dimensões:

- a. Infraestrutura: construção de escolas, centros de saúde e furos de água nas comunidades;
- b. Apoio à Agricultura: distribuição de moagens, motobombas e geradores para auxiliar no desenvolvimento agrícola;
- c. Educação: a empresa prioriza a educação como elemento fundamental para o desenvolvimento, realizando investimentos em escolas e outras iniciativas relacionadas à educação;
- d. Saúde: preocupação com a saúde dos trabalhadores e comunidades, oferecendo serviços de saúde e promovendo ações de conscientização;
- e. Meio Ambiente: compromisso com a minimização do impacto ambiental das actividades mineiras, operando de forma sustentável e promovendo práticas responsáveis;
- f. Desenvolvimento Comunitário: apoio a autoridades tradicionais com a doação de veículos e outros equipamentos.

Em suma, a Sociedade Mineira do Cuango consolida-se não apenas como uma referência na prospecção e exploração de diamantes em Angola, mas também como um agente ativo no desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. Com uma produção expressiva e uma força de trabalho maioritariamente angolana, a empresa alia o desempenho económico a um forte compromisso com a responsabilidade social corporativa. As suas iniciativas nas áreas de infraestrutura, agricultura, educação, saúde, meio ambiente e desenvolvimento comunitário demonstram uma atuação consciente e integrada, que valoriza tanto os recursos naturais quanto o bem-estar das populações locais. Dessa forma, a Sociedade Mineira do Cuango reafirma o seu papel estratégico no sector mineiro e no progresso socioeconómico da região da Lunda-Norte.

## 2.7. CARACTERIZAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS SOCIEDADES MINEIRAS

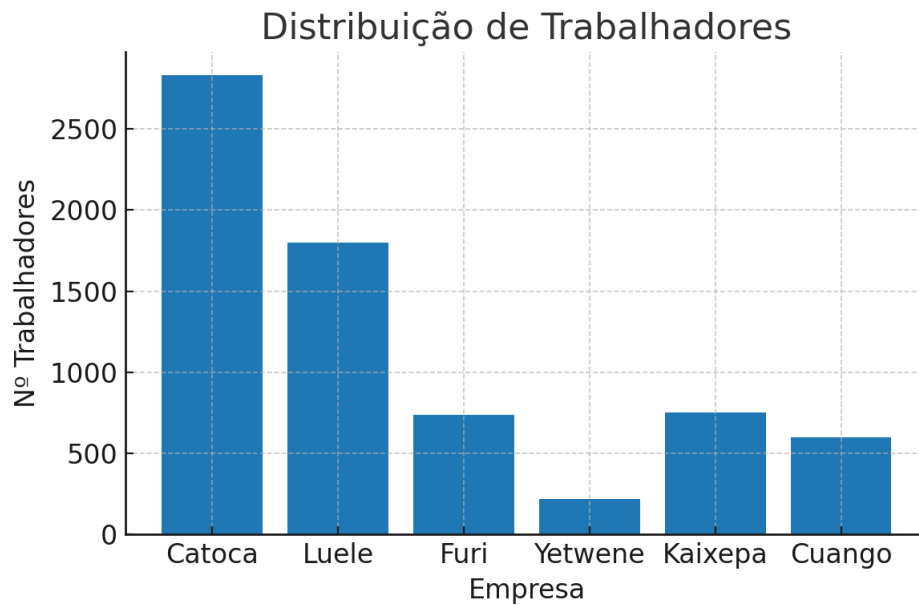
A seguir apresenta-se um quadro comparativo entre as principais sociedades mineiras do leste de Angola, quanto as principais ações de RSC:

Tabela 2: Representação comparativa das principais acções sociais das sociedades mineiras

Empresa	Ano criação	Trabalhadores	Produção (2018-22)	Principais acções sociais
SM Catoca	1993	2.832	+75% da produção nacional	Habitação, saúde, educação, agricultura
SM Luele	2023	1.800	529M quilates (previstos)	Habitação, saúde, lazer, Taça Luele
SM Furi	2019	735	300 mil quilates	Inclusão local (76% trabalhadores locais)
SM Yetwene	2023	217	2M quilates (reservas)	Reconversão ex-garimpeiros, ambiente
SM Kaixepa	2021	750	425 mil quilates	Tecnologia limpa, infraestrutura
SM Cuango	2004	600	1,19M quilates	Saúde, educação, agricultura, ambiente

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

Gráfico 1: Representação comparativa sobre a geração de emprego pelas Sociedades Mineiras



FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

### 3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Sociedade Mineira de Catoca destaca-se como a maior entre as seis empresas analisadas, tanto em termos de dimensão quanto de contribuição global para o sector. Em virtude dessa relevância, a análise subsequente concentra-se, de forma mais acentuada, no desempenho da referida empresa no que diz respeito à Responsabilidade Social Corporativa (RSC), em detrimento das demais sociedades mineiras incluídas no estudo, nomeadamente: Luele, Furi, Yetwene, Kaixepa e Cuango.

Outro factor que justifica esse foco analítico é o facto de a Sociedade Mineira de Catoca dispor, de forma inequívoca, do relatório anual mais abrangente entre os documentos fornecidos pelas empresas em questão. Tal posicionamento evidencia o compromisso da organização em liderar a produção de relatórios relacionados a uma ampla gama de temas associados à RSC, estabelecendo, assim, uma referência não apenas para a indústria diamantífera, mas também para o sector mineiro angolano em geral.

Observa-se, em diversas instâncias da análise, que a Sociedade Mineira de Catoca é a única entre as seis empresas a apresentar informações relativas a determinados aspectos da RSC. Em muitos dos tópicos abordados, os dados fornecidos pelas demais empresas foram insuficientes ou, em alguns casos, inexistentes.

Adicionalmente, importa salientar que a Sociedade Mineira de Catoca foi a única a participar activamente da pesquisa, por meio do preenchimento do questionário de RSC que lhe foi submetido. Não obstante, o escopo deste relatório e da análise correspondente transcende a avaliação do desempenho das empresas em termos de políticas e relatórios formais de RSC, abrangendo igualmente as práticas efectivamente implementadas, conforme relatado por partes interessadas directamente envolvidas, como os membros das comunidades locais.

A apresentação dos resultados e da análise será estruturada com base nas três dimensões fundamentais do Desenvolvimento Sustentável: económica, ambiental e social. Em cada uma dessas dimensões, o desempenho das empresas mineiras de diamantes será avaliado com base em Princípios, Critérios e Referenciais pertinentes, conforme definidos no documento de orientação intitulado “Princípios para a Responsabilidade Corporativa Global: Referências para Medir o Desempenho Empresarial”.

#### 3.1. DIMENSÃO ECONÓMICA

Junto com as outras actividades de mineração no país, até muito recentemente os diamantes contribuíram fortemente na geração de receita e emprego para o País. Os seguintes princípios e critérios apontaram para o desempenho de uma empresa na esfera do desenvolvimento económico sustentável:

## Princípios

- a. As empresas investigadas, durante o trabalho de campo, reconhecem que os recursos que desejam extrair de uma determinada área são um patrimônio daquela comunidade e conduzem seus negócios de acordo com esse reconhecimento.
- b. Reconhecem seu impacto político e económico nas comunidades locais, especialmente onde são o principal empregador. Seus programas, políticas e práticas ajudam a promover uma ampla gama de direitos humanos em cada comunidade onde operam.
- c. As empresas pagam salários dignos sustentáveis, o que permite que os funcionários atendam às necessidades básicas de si mesmos e de suas famílias, bem como invistam na sustentabilidade contínua das comunidades locais por meio do uso de renda disponível.

## Critérios

- a. As empresas, principalmente a Sociedade Mineira de Catoca, buscam desenvolver relacionamentos comerciais de longo prazo com as comunidades locais e não encerram suas operações sem avaliar os impactos ambientais, sociais, culturais e de sustentabilidade económica de longo prazo na comunidade local.
- b. As empresas, em particular a Sociedade Mineira de Catoca, em consulta com a comunidade local, estabelecem uma política que incorpora em seu plano de negócios os melhores interesses da comunidade, tanto agora quanto no futuro.
- c. Em situações em que ocorre reestruturação corporativa, a Sociedade Mineira de Catoca oferece a oportunidade de realocação e requalificação de funcionários, a fim de oferecer padrões sustentáveis de emprego.

Importa destacar que a exploração de diamantes, à semelhança de outras actividades do sector mineiro, representa um contributo significativo para a geração de rendimento e criação de emprego em Angola. Tal constatação é evidenciada pela análise dos indicadores de produção e receita, os quais permitem aferir o desempenho das empresas no contexto do desenvolvimento económico sustentável em nível nacional.

### 3.1.1. Produção e Receita

#### a) Evolução da produção de Diamantes em Angola

Conforme dados publicados pela Revista Forbes África Lusófona (2024), Angola consolidou, no ano de 2023, a sua posição como o segundo maior produtor de diamantes no continente africano e o quarto a nível mundial, com uma produção estimada em aproximadamente 9,8 milhões de quilates.

No panorama global, o país situou-se apenas atrás da Rússia (37,3 milhões de quilates), do Botswana (24,1 milhões) e do Canadá (16,0 milhões).

Adicionalmente, de acordo com os relatórios anuais da Sociedade Mineira de Catoca e do Processo de Kimberley (PK), citados por Zacarias Samba (2024), constata-se que a referida empresa tem sido responsável por cerca de 80% da produção e da facturação da indústria diamantífera angolana no período compreendido entre 2010 e 2024, conforme ilustrado na tabela n.º 3.

Tabela 3: Produção diamantífera nacional realizada em milhões de quilates de Angola

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Valores	8,3	8,3	8,3	9,4	8,8	9,0	8,4	9,0	8,4	9,4	7,7	8,9	9,2	9,8	14,01

FONTE: Zacarias Samba (2024, p. 232); Mirempet, 2024.

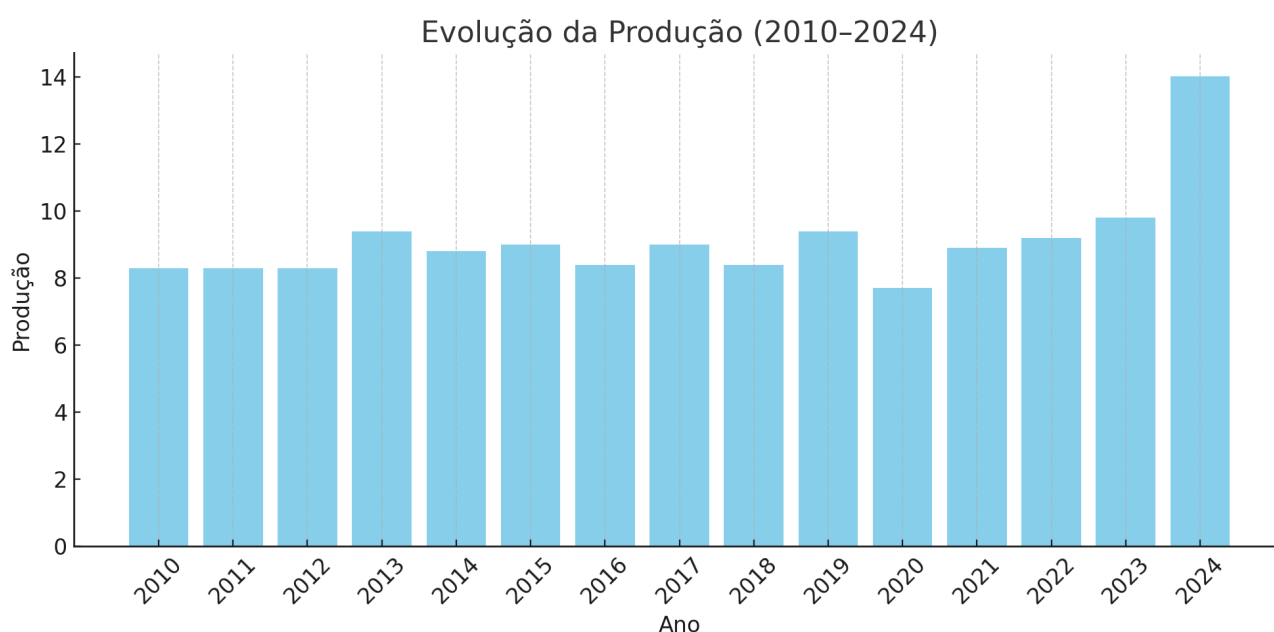


Gráfico 1: produção diamantífera nacional realizada em milhões de quilates

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na tabela n.º 3.

Durante a apresentação do balanço dos resultados do subsector diamantífero referentes ao ano de 2024, bem como das projeções para 2025, o Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Eng.º Jânio Correia Victor, anunciou que a meta de produção para o exercício de 2025 é alcançar os 14,8 milhões de quilates. Na ocasião, foi destacada a importância estratégica da mina do Luele, considerada um dos principais resultados das ações promovidas pela Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), dada a sua contribuição significativa para os níveis de produção registados em 2024.

O Secretário de Estado salientou, igualmente, a importância de fomentar o investimento ao longo da cadeia de valor da indústria mineira, com especial ênfase nos segmentos de lapidação e refinação de metais preciosos, em particular o ouro. Tal abordagem visa não apenas a agregação de

valor no contexto local, mas também a diversificação dos benefícios económicos decorrentes da atividade extrativa.

Tabela 4: Previsões da produção diamantífera nacional em milhões de quilates

ANO	2024	2025	2026	2027
<b>Produção</b>	14,6	15,1	16,2	17,5

FONTE: Mirempet, 2024

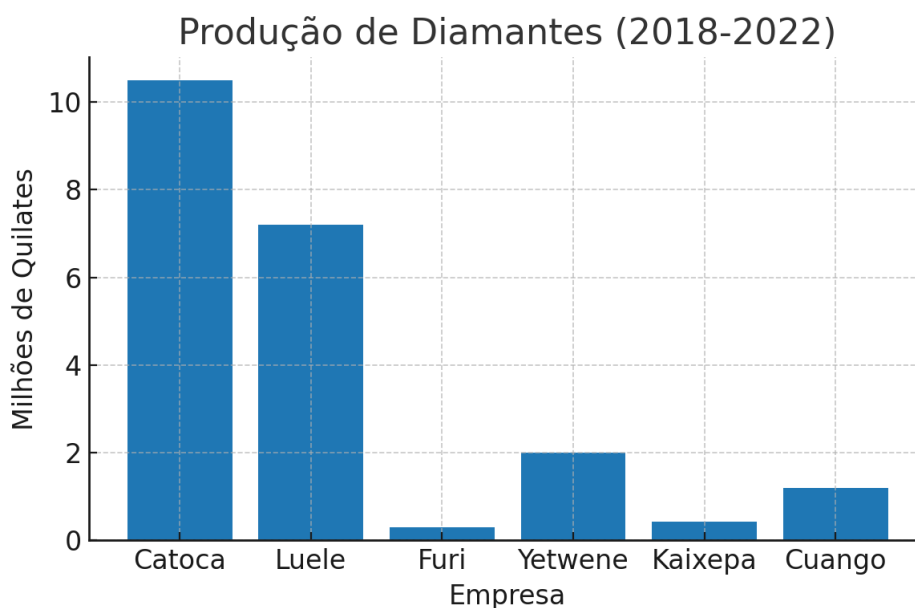
Desde o ano de 2023, o mercado internacional de diamantes tem apresentado uma elevada volatilidade, marcada, entre outros factores, pela queda dos preços do diamante natural bruto. Tal contexto justifica a revisão da previsão inicial de produção diamantífera para o ano de 2025, que havia sido fixada em 15,1 milhões de quilates pelo Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET), conforme indicado na Tabela 4, sendo posteriormente ajustada para 14,6 milhões de quilates, segundo declaração do Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Eng.º Jânio Correia Victor.

Durante o referido evento, o Director de Operações e Gestão de Participações da Endiama, Eng.º Miguel Vemba, apresentou dados actualizados sobre o contingente laboral do subsector diamantífero, que à época contava com um total de 22.927 trabalhadores, dos quais 18.316 eram colaboradores diretos e 4.611 indiretos.

Na sessão de abertura da 2.ª Edição da Conferência Internacional de Diamantes de Angola (AIDC, 2024), Sua Excelência o Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Eng.º Diamantino Azevedo, destacou a relevância económica da região Leste do país, por concentrar os principais projetos diamantíferos e sociedades mineiras de Angola.

No âmbito das práticas de RSC, o Ministro ressaltou que as iniciativas promovidas por entidades como a Endiama, a Sodiam, a Sociedade Mineira de Catoca, a Sociedade Mineira do Luele, entre outras do sector, reflectem a visão do Executivo angolano voltada para o desenvolvimento local e o empoderamento económico das comunidades afectadas pela actividade mineira.

Gráfico 2: representação comparativa da produção de diamantes



FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

### b) Evolução dos Indicadores de Comercialização de Diamantes em Angola, ou Receita (Mil milhões USD)

A queda da receita diamantífera registada em 2023, conforme demonstrado na Tabela n.º 5, deveu-se, entre outros factores, à redução da procura global, ao decréscimo das importações de diamantes em bruto e à consequente diminuição da receita obtida pelas exportações. Um exemplo expressivo é o mercado indiano, onde as transações registaram uma queda de 11% em volume e 23% em valor, segundo dados do *Gem & Jewellery Export Promotion Council* (GJEPC). A este cenário somam-se os desafios impostos pela crescente competitividade dos diamantes sintéticos produzidos em laboratório, cuja popularização tem alterado significativamente a dinâmica do mercado (OBSERVADOR, 2024).

A contribuição da participação da extração dos diamantes no PIB nacional aponta para uma média de 2% entre 2017 a 2024 em comparação com o Botsuana, e uma receita fiscal de 0,64% vs. 30% para o Botsuana (MIREMPET, 2024 & TRADING ECONOMICS, 2024).

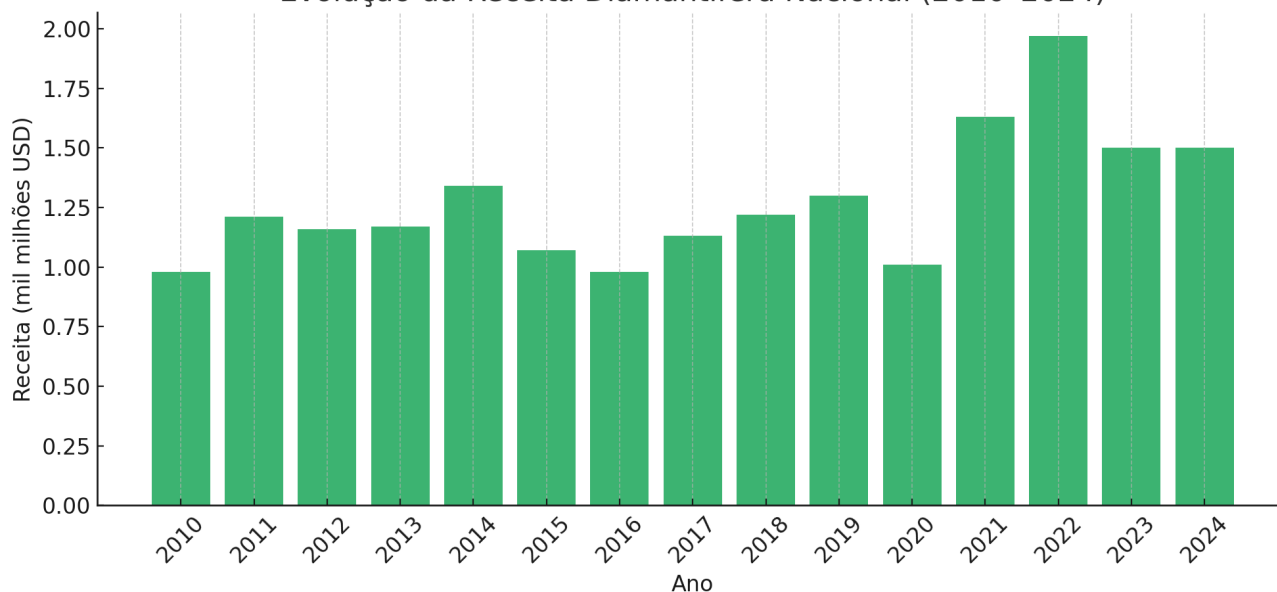
Tabela 5: Evolução da receita diamantífera nacional realizada em mil milhões de USD

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Valores	0,98	1,21	1,16	1,17	1,34	1,07	0,98	1,13	1,22	1,30	1,01	1,63	1,97	1,50	1,50

FONTE: BNA, 2019 & MIREMPET, 2024.

Gráfico 3: evolução da receita diamantífera nacional realizada em mil milhões USD

Evolução da Receita Diamantífera Nacional (2010–2024)



FONTE: Elaborado pelos autores com base na tabela n.º 5.

De acordo com dados das Minas de Angola e da Rapaport, os relatórios mais recentes de 2024 (Cf. “Observatório do Diamante”, CEICin, 2025) indicam que o preço médio do diamante bruto caiu de 157 em 2022 para 110 USD em 2023. Esta redução de preços tem impactado significativamente a receita proveniente das exportações, conforme demonstrado na tabela n.º 5, mesmo com o registo de um aumento no volume de diamantes exportados.

Diversos factores têm contribuído para essa tendência de queda. Em primeiro lugar, destaca-se o aumento da produção de *diamantes sintéticos*, cultivados em laboratório, que apresentam custos inferiores e têm vindo a influenciar negativamente a procura por *diamantes naturais*. Em segundo lugar, a desaceleração da procura no segmento de bens de luxo — com destaque para o mercado chinês -- tem também pressionado os preços em baixa. Por fim, o mercado internacional enfrenta atualmente um cenário de excesso de oferta, o que acentua ainda mais a tendência descendente dos preços do diamante bruto.

Nesta perspectiva, o Secretário de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Correia Victor, confirma que “nos últimos anos, o mercado internacional tem-se apresentado de forma volátil, caracterizado por baixos preços do diamante natural bruto, resultantes da desaceleração económica mundial e da diminuição da procura, excesso de stocks e crescente popularidade dos diamantes sintéticos” (Victor, 2024, citado em Agência Angola Press, 2024, p. 4).

E de acordo com dados divulgados pela Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA), conforme publicado na Revista Quilate (2025, p. 22), a crise de comercialização de

diamantes que afecta o setor atualmente é impulsionada por uma conjugação de factores estruturais e conjunturais, entre os quais se destacam os seguintes:

- a. A intensificação da concorrência internacional, particularmente em virtude do aumento expressivo na produção de diamantes sintéticos, com ênfase para o mercado norte-americano. Esta dinâmica tem alterado significativamente o equilíbrio da oferta global, desvalorizando os diamantes naturais e comprometendo a competitividade dos produtores tradicionais, como Angola.
- b. A acentuada queda nos preços dos diamantes naturais brutos, observada desde o ano de 2023. Segundo declarações do Presidente do Conselho de Administração da ENDIAMA, Dr. Ganga Júnior, a desvalorização dos preços atingiu, em determinados casos, até 60% em relação ao valor inicialmente projetado, o que levou a uma retração nas exportações e, conseqüentemente, à redução das receitas do setor diamantífero angolano.
- c. O desfasamento entre produção e comercialização, evidenciado pelo facto de que, dos 13,9 milhões de quilates produzidos em 2024, apenas 10,4 milhões foram efetivamente vendidos. Esta limitação resultou em uma receita bruta de apenas 1,5 mil milhões de dólares norte-americanos - um montante inferior ao potencial projetado caso os preços de 2023 tivessem sido mantidos. Conforme exemplificou o PCA da ENDIAMA, se os preços de 2023 tivessem prevalecido, a receita teria alcançado aproximadamente 3 mil milhões USD (Revista Quilate, 2025, pp. 22-23).

Adicionalmente, o PCA revelou que existem actualmente em stock cerca de 3,5 milhões de quilates de diamantes não comercializados, os quais aguardam a recuperação do mercado e a valorização dos preços para que possam ser escoados. Paralelamente, a meta de produção para o ano de 2025 é superar os 14 milhões de quilates, sustentada na expectativa de uma melhoria nas condições do mercado internacional.

A crise no mercado diamantífero evidencia a vulnerabilidade estrutural do modelo económico assente na exportação de recursos minerais em bruto, cuja rentabilidade está excessivamente condicionada por factores exógenos, como a oscilação de preços e a evolução tecnológica em países consumidores. A concorrência dos diamantes sintéticos, com custos de produção significativamente inferiores e aceitação crescente no mercado, representa uma ameaça concreta à sustentabilidade da indústria diamantífera tradicional. Nesse contexto, torna-se imperativo que Angola adote uma

estratégia mais robusta de agregação de valor, investindo no beneficiamento local (lapidação, certificação e comercialização) e na diversificação da base produtiva.

A manutenção de stocks elevados de diamantes não comercializados, além de representar uma imobilização significativa de capital, expõe a economia nacional a riscos de liquidez e à contínua erosão do valor desses ativos. A superação dessa crise exige, portanto, não apenas medidas conjunturais, mas uma reconfiguração estratégica de longo prazo para reduzir a dependência da exportação de *commodities* em estado bruto.

Resumido, Angola permanece como um significativo produtor de diamantes em virtude de sua geologia abundante, que apresenta extensas concentrações de kimberlitos e depósitos aluvionares, especialmente nas províncias de Lunda-Norte e Lunda-Sul. Em 2024, observou-se um crescimento significativo na importância de Angola como um dos principais produtos exportados, impulsionado por investimentos em exploração e garimpo, tanto em grandes empreendimentos industriais quanto em pequenas escalas. Um incremento substancial na produção de diamantes em Angola, evidenciando a aptidão do país para extrair e comercializar tais gemas.

Não há informação que justifique um “boom” nas receitas de diamantes em Angola em 2022 (VOA, 2024). O aumento das receitas provenientes de diamantes em Angola não é decorrente de um evento isolado em 2022, mas resulta de um empenho constante do governo para elevar a produção e regular a comercialização, o que tem gerado resultados favoráveis na extração de diamantes, como exemplificado em 2024.<sup>1</sup>

### 3.1.2. Emprego e impacto sócio-económico no leste de Angola

O impacto da indústria mineira na empregabilidade e no desenvolvimento socioeconómico das províncias da Lunda Sul e do Moxico é significativo e multifacetado, evidenciando-se tanto pelo número de postos de trabalho gerados, como pelo estímulo indirecto à economia local através da contratação de serviços e execução de projectos sociais.

#### 3.1.2.1. Empregos directos e indirectos

A Sociedade Mineira de Catoca, considerada o maior empreendimento diamantífero da região, configura-se como um dos principais empregadores do leste de Angola, contando com um efectivo

---

<sup>1</sup> VOA (2024) Angola: Produção de diamantes muito acima do que foi comercializado. no <https://www.voaportugues.com/a/angola-produ%C3%A7%C3%A3o-de-diamantes-muito-acima-do-que-foi-comercializado/7920092.html>; visitado no 25/08/2025

superior a 2.832 trabalhadores, conforme apresentado na Tabela n.º 6. Esta força de trabalho tem impacto multiplicador sobre a cadeia de valor local, dada a amplitude de serviços contratados. A empresa mantém parcerias com 23 prestadoras de serviços terceirizadas, atuantes em diversas áreas, tais como operações aeronavais, hotelaria, limpeza, jardinagem, transporte, fornecimento de refeições e manutenção de equipamentos. Este modelo de gestão favorece a criação de milhares de empregos indiretos, contribuindo significativamente para a dinamização dos setores do comércio, dos serviços e da logística na região.

Outras empresas mineiras que operam na região também apresentam impactos socioeconômicos relevantes. A Sociedade Mineira do Luele, uma das principais minas de extração a céu aberto em Angola, emprega mais de 1.800 trabalhadores. A Sociedade Mineira de Yetwene mantém um quadro de 217 colaboradores diretos, predominantemente jovens, e gera aproximadamente 300 postos de trabalho indiretos, com ênfase na contratação local e na integração de ex-garimpeiros, por meio de processos de reconversão profissional. Por sua vez, a Sociedade Mineira de Kaixepa emprega cerca de 750 trabalhadores, dos quais aproximadamente 90% são profissionais angolanos. A empresa oferece formação técnico-profissional contínua, bem como benefícios complementares, como subsídios de risco e assiduidade, além de apoio financeiro em caso de falecimento de familiares dos trabalhadores.

A Sociedade Mineira de Furi evidencia um elevado grau de inclusão regional, com 76% do seu quadro de pessoal composto por trabalhadores locais. Já a Sociedade Mineira de Cuango emprega aproximadamente 600 indivíduos, sendo mais de 400 angolanos e cerca de 200 estrangeiros. Esta empresa adota processos de recrutamento realizados em articulação com as administrações municipais, o que contribui para a promoção da transparência e da inclusão comunitária nos seus processos selectivos.

Tabela 6: Análise comparativa do número de funcionários das Sociedades Mineiras participantes no estudo

N. O	Empresa mineira	Trabalhadores	% trabalhadores
1	Sociedade Mineira de Catoca	2.832	40,8%
2	Sociedade Mineira do Luele	1.800	26,0%
3	Sociedade Mineira do Furi	735	10,6%
4	Sociedade Mineira de Yetwene	217	3,1%
5	Sociedade Mineira de Kaixepa	750	10,8%
6	Sociedade Mineira Cuango	600	8,7%
Total		6.934	100,0%

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

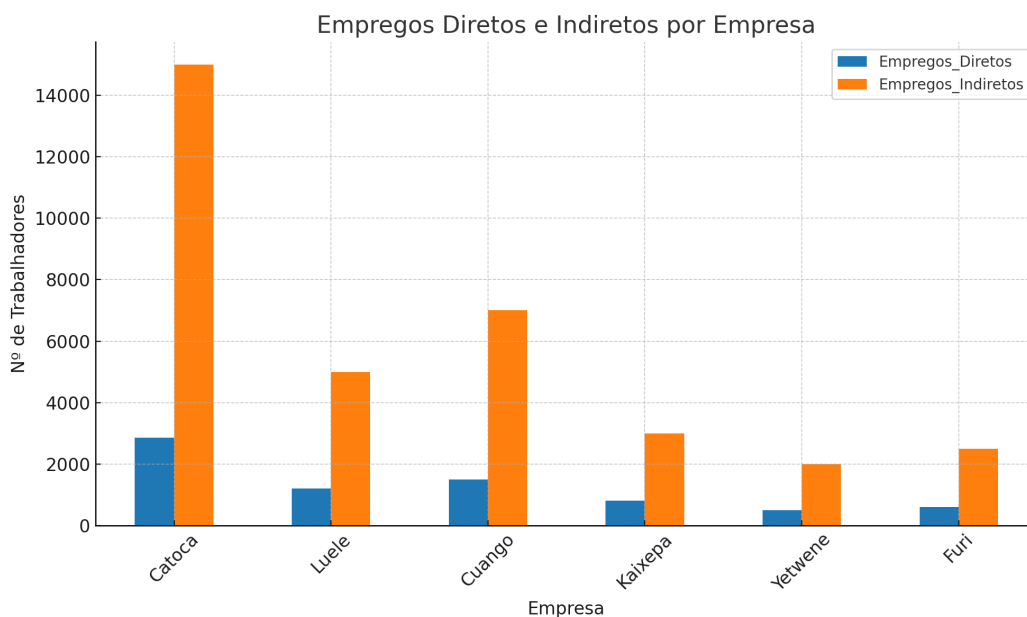
A análise dos dados referentes ao emprego directo e indirecto gerado pelas principais empresas diamantíferas da região evidencia o papel estratégico do sector mineiro na estrutura socioeconómica do leste angolano. No entanto, apesar dos avanços em termos de geração de postos de trabalho e de contratação local, persistem desafios estruturais que devem ser considerados.

A elevada dependência de serviços terceirizados, embora amplie o número de empregos indirectos, pode gerar precarização das condições laborais, com menor protecção social e salarial. Ademais, a presença ainda significativa de mão-de-obra estrangeira em algumas empresas revela limitações na qualificação técnica local, o que aponta para a necessidade de um investimento mais robusto e sistemático em capacitação profissional e tecnológica.

A reconversão de ex-garimpeiros em trabalhadores formais, como observado no caso da Sociedade Mineira de Yetwene, é um exemplo positivo de inclusão produtiva, mas precisa ser institucionalizada e replicada de forma mais ampla. Para que o sector mineiro contribua de maneira sustentável para o desenvolvimento socioeconómico, torna-se imperativo adoptar políticas públicas que promovam maior valor agregado local, reforcem os direitos dos trabalhadores e incentivem a participação efectiva das comunidades nas decisões que afectam seus territórios.

Comparativamente Catoca é a maior empregadora directa, com cerca de 2.852 trabalhadores e 15.000 empregos indirectos. As demais sociedades apresentam números menores, mas ainda significativos para o desenvolvimento local, como evidencia o gráfico a seguir:

Gráfico 4: Representação do número e tipologia de empregos gerados



FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

### 3.1.2.2. Políticas de Valorização do Trabalhador

Os dados obtidos no campo indicam que a Sociedade Mineira de Catoca se destaca como a empresa que mais consistentemente adota políticas voltadas ao bem-estar e valorização de seus colaboradores. Entre as iniciativas identificadas, incluem-se:

- a. A política de adiantamento salarial, que possibilita o acesso a até dois salários e meio, com reembolso parcelado em até dez meses;
- b. A criação de um sistema de fiança empresarial, que facilita o acesso ao crédito habitacional, automóvel ou de consumo;
- c. A implementação de um regime remuneratório que contempla 14 salários anuais, incluindo subsídios de férias e de Natal, complementado por um cartão de compras para utilização em estabelecimentos comerciais parceiros, contribuindo para a dinamização do comércio local;
- d. A promoção de programas de integração familiar, com eventos comemorativos e distribuição anual de brinquedos aos filhos dos trabalhadores; e
- e. A concessão de bolsas de estudo internas, atribuídas a descendentes de funcionários, sem exigência de contrapartidas, com o objectivo de fomentar a educação básica.

Segundo o Director-Geral do Instituto Superior Politécnico do Saurimo, Dr. Sampaio André Rufino, a indústria diamantífera tem exercido um impacto directo e relevante sobre a economia regional, não apenas pela geração de empregos, mas também pelo papel que desempenha na implementação de infra-estruturas sociais fundamentais, especialmente nos domínios da educação, saúde e saneamento básico.

A actuação da Sociedade Mineira de Catoca evidencia um compromisso institucional com a responsabilidade social corporativa, reflectido na adopção de políticas voltadas ao bem-estar dos seus colaboradores e ao desenvolvimento socioeconómico local. No entanto, é importante problematizar até que ponto essas medidas, embora louváveis, representam práticas estruturais e sustentáveis ou se constituem como estratégias pontuais de reputação empresarial.

A concessão de benefícios como adiantamentos salariais e bolsas de estudo internas demonstra sensibilidade às necessidades imediatas dos trabalhadores, mas carece de avaliação quanto ao seu alcance real e durabilidade a longo prazo. Além disso, a dependência de uma única empresa para suprir lacunas estatais em áreas como saúde e educação levanta questionamentos sobre a eficácia das políticas públicas na região e a consequente transferência de responsabilidades do Estado para o sector privado.

Assim, embora os impactos positivos sejam evidentes, torna-se necessário reflectir criticamente sobre a natureza, os limites e as implicações dessa intervenção empresarial no tecido social regional.

### 3.1.3 Percepções da Comunidade e Críticas

O ponto de partida para a análise da percepção das comunidades pode ser caracterizado de forma sintética em 5 pontos fundamentais, que decorrem da reação dos habitantes nas comunidades abordadas:

- a. Benefícios concentrados em zonas periurbanas, pouco impacto em áreas urbanas (ex.: Saurimo);
- b. Falta de transparência nos processos selectivos;
- c. Supostos privilégios a descendentes de autoridades tradicionais;
- d. Lacunas na formação técnica e na comunicação institucional com autoridades locais;
- e. Avaliação comunitária baixa: impacto positivo entre 0 e 2 numa escala de 0 a 10.

Não obstante reconhecidos os impactos positivos, subsistem críticas e desafios resumidos nos tópicos anteriores. De acordo com o Presidente da Associação dos Estudantes, Amilton Ferreira, as Sociedade Mineira de Catoca e de Luele destacam-se como referências regionais em matéria de empregabilidade, estimando-se que gerem mais de 8 mil postos de trabalho indirectos. Ressalta-se, igualmente, a prioridade conferida a estudantes universitários nos processos de recrutamento online promovidos por estas empresas.

Entretanto, a comunidade académica da Universidade Lusíada – núcleo de Saurimo – observa que os benefícios decorrentes da atividade mineira tendem a concentrar-se nas zonas periurbanas e rurais próximas dos empreendimentos, em detrimento das áreas urbanas, como é o caso da cidade de Saurimo.

Por sua vez, a comunidade académica do Instituto Superior Politécnico Walinga, na província do Moxico, identificou fragilidades significativas nas práticas de responsabilidade social corporativa, classificando negativamente os impactos da Sociedade Mineira do Cuango nos domínios da educação, saúde e empregabilidade local.

O Vice-Governador Provincial, Eng.º Frederico Barroso, e o Diretor Provincial da Educação, Dr. Adérito Kahanda, apontaram limitações na comunicação institucional entre as empresas mineiras e as autoridades locais, além de perceberem indícios de favoritismo nos processos de recrutamento de pessoal.

Da mesma forma, académicos da Universidade Lueji A’Nkonde e da Universidade Lusíada de Angola identificaram lacunas estruturais, tais como a escassez de centros de formação técnica, a falta de transparência nos processos seletivos e alegados privilégios concedidos a descendentes de autoridades tradicionais. Em uma escala de avaliação de 0 a 10, atribuíram pontuações entre 0 e 2 ao impacto positivo das empresas na promoção da empregabilidade local.

Em termos gerais, a indústria mineira na região Leste de Angola exerce um papel central na sustentação de milhares de famílias, sendo responsável por uma parcela expressiva da atividade económica nas províncias da Lunda Sul e do Moxico. No entanto, persistem desafios estruturais que limitam o seu potencial de contribuição para o desenvolvimento sustentável e inclusivo das regiões afetadas. Dentre os principais desafios, destacam-se:

1. A necessidade de assegurar maior equidade territorial na distribuição dos benefícios socioeconómicos;
2. O fortalecimento da formação e qualificação de quadros locais;
3. A melhoria da transparência e da meritocracia nos processos de seleção de recursos humanos;
4. A criação e operacionalização de centros de formação técnica permanentes, com uma articulação eficaz entre empresas, instituições académicas e o poder público.

A superação desses entraves será determinante para que a exploração mineira possa, de forma efetiva, promover o desenvolvimento económico e social das regiões envolvidas, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

A análise das percepções apresentadas revela uma dualidade entre os efeitos positivos da actividade mineira na região leste de Angola e os desafios persistentes que comprometem a sua sustentabilidade social. Embora as empresas mineiras, como a Sociedade Mineira de Catoca e a do Luele, sejam reconhecidas por sua capacidade de gerar emprego e estimular a economia local, os relatos das comunidades académicas e autoridades públicas expõem deficiências estruturais profundas nas suas práticas de responsabilidade social corporativa.

A concentração dos benefícios em zonas periurbanas, em detrimento das áreas urbanas mais populosas, bem como a alegada falta de transparência nos processos seletivos e a existência de privilégios baseados em vínculos políticos ou tradicionais, indicam uma fragilidade na governança institucional das empresas.

A ausência de uma estratégia integrada entre empresas, Estado e instituições de ensino para a qualificação de quadros locais revela também uma desconexão entre o potencial transformador da

actividade mineira e as reais necessidades da população. Nesse sentido, a indústria mineira corre o risco de reforçar desigualdades já existentes, caso não adote mecanismos mais inclusivos, participativos e orientados ao desenvolvimento territorial equilibrado.

Para que a exploração de recursos naturais se converta, de facto, em vector de justiça social e de desenvolvimento sustentável, é imprescindível que as empresas transcendam a lógica puramente extractivista e assumam compromissos mais sólidos com o fortalecimento institucional, a coesão social e a equidade interterritorial.

Neste sentido a Sociedade Mineira do Catoca destaca-se não apenas pela sua capacidade produtiva, mas também pelas acções de responsabilidade social que desenvolve. A título de exemplo, em 2021, mais de 30% do seu orçamento de responsabilidade social foi destinado à construção de escolas, centros de saúde e programas de apoio à agricultura familiar. Outras sociedades, como a Luele, têm investido fortemente em habitação e lazer, enquanto a Yetwene prioriza a reconversão de ex-garimpeiros e proteção ambiental. A seguir apresenta-se quadro comparativo das Sociedades em abordagem quanto ao engajamento em seis principais indicadores sociais:

Tabela 7: Representação de áreas de engajamento social das empresas mineiras

Empresa	Educação	Saúde	Infraestruturas	Agricultura	Ambiente	Cultura/lazer
SM Catoca	✓	✓	✓	✓	✓	-
SM Luele	✓	✓	✓	-	-	✓
SM Furi	-	-	-	-	✓	-
SM Yetwene	-	-	-	-	✓	✓
SM Kaixepa	-	✓	✓	-	✓	-
SM Cuango	✓	✓	✓	✓	✓	-

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

### 3.1.4 Crise financeira internacional

A crise financeira internacional constitui um fenómeno económico de grande relevância, uma vez que afecta simultaneamente várias economias interligadas por meio de laços comerciais, financeiros e institucionais. Essas crises podem surgir de factores endógenos, como bolhas especulativas e excesso de crédito, ou de factores exógenos, como pandemias e conflitos geopolíticos.

Segundo Becker (2007), uma crise financeira internacional pode ser definida como um período de forte instabilidade económica, marcado por perdas abruptas no valor de ativos financeiros, falência de instituições bancárias e financeiras, retração do crédito, aumento do desemprego e recessão económica generalizada. A sua natureza é transnacional, o que significa que os seus efeitos ultrapassam fronteiras, atingindo múltiplas economias de forma simultânea.

As crises financeiras internacionais apresentam um conjunto de sintomas inter-relacionados que incluem:

- a. A desvalorização dos activos financeiros (acções, títulos e outros ativos) através de queda súbitas no valor de acções, títulos e outro activos, afectando diretamente os mercados e investidores;
- b. As dificuldades no acesso ao crédito, dado que as instituições financeiras se tornam mais cautelosas, dificultando o financiamento de empresas, projetos e consumo;
- c. O aumento do desemprego devido à contracção económica, levando as empresas a reduzirem a sua força de trabalho, afectando a renda das famílias e reduzindo a demanda agregada;
- d. A recessão económica visível na queda do Produto Interno Bruto (PIB), nos níveis de produção e investimentos, levando à estagnação ou retracção económica;
- e. Surgimento de efeitos em cascata como a falência de grandes instituições financeiras atingindo outros sectores e ampliando os impactos da crise.

O contexto da história elenca crises financeiras internacionais e seu impacto económico global, conforme tabela n.º 8.

Tabela 8: Histórico de crises financeiras internacionais e seu impacto

Ano	Nome da crise	Causa principal	Impacto global
1929	Grande Depressão	Colapso da bolsa de valores de Nova York	Recessão global prolongada, desemprego em massa, falência de bancos e empresas.
1973	Crise do Petróleo	Redução da oferta pelos países da OPEP e aumento abrupto dos preços	Inflação, recessão, choques energéticos e desaceleração económica mundial.
1980s	Crise da Dívida Latino-Americana	Endividamento externo excessivo e políticas fiscais insustentáveis	Insolvência de países, instabilidade política e económica na América Latina.
1997	Crise Asiática	Desvalorização cambial e fuga de capitais	Colapso económico no Sudeste Asiático, intervenção do FMI, recessão regional.
2000	Bolha das Pontocom	Especulação em empresas de tecnologia da internet	Quebra do mercado tecnológico, perdas massivas em bolsas de valores, retração nos investimentos.
2008	Crise do Subprime	Quebra do mercado hipotecário de alto risco nos EUA	Recessão global, falência de grandes bancos, resgates governamentais e reformas regulatórias.
2020	Pandemia da COVID-19	Paralisação económica global devido a restrições sanitárias e <i>lockdowns</i>	Queda do PIB global, desemprego, disrupção de cadeias produtivas e crise nos mercados financeiros.

FONTE: Elaborado pelos autores (2025).

Além das causas económicas clássicas, conflitos armados e tensões geopolíticas têm desempenhado papel relevante na instabilidade financeira global. Os conflitos recentes - guerra Rússia e Ucrânia, conflito Israel e Hamas e a escalada do conflito Israel e o Irão - podem impactar negativamente os mercados através do aumento da incerteza, elevação dos preços da energia dos custos de transporte de *commodities*, flutuações cambiais, disrupção das cadeias de fornecimento e redução do investimento externo. Estes conflitos, ainda que não causem crises por si só, funcionam como factores de amplificação de fragilidades já existentes no sistema financeiro internacional.

As crises financeiras internacionais são fenómenos complexos e recorrentes na história económica global. A sua natureza sistémica e a interdependência entre economias exigem mecanismos de regulação e cooperação multilaterais eficazes. Além disso, factores geopolíticos emergem como elementos cruciais na atual conjuntura, com potencial para agravar crises económicas e sociais. A compreensão aprofundada dessas crises, suas causas e impactos, é essencial para a formulação de políticas preventivas e de mitigação que promovam a estabilidade e a resiliência económica global.

#### 3.1.4.1. Mineração *Offshore* e *Onshore*

A actividade mineira na região leste de Angola é predominantemente caracterizada pela mineração *onshore*, com ênfase na exploração de diamantes provenientes de jazidas primárias (kimberlíticas) e secundárias (aluviais). Para fins comparativos e de contextualização, é pertinente distinguir os dois principais modelos de mineração com base na sua localização geográfica: *offshore* (subaquática) e *onshore* (em terra firme) (Hilson & Banchirigah, 2009).

A mineração *offshore* consiste na extração de recursos minerais em ambientes subaquáticos, como leitos oceânicos, marinhos ou fluviais profundos. No caso dos diamantes, esses são extraídos de depósitos sedimentares marinhos originados por processos geológicos e hidrodinâmicos. Esta modalidade requer a utilização de tecnologias avançadas, incluindo dragas, veículos submersíveis operados remotamente (ROVs) e plataformas flutuantes (Oliveira et al., 2020). Ademais, impõe desafios ambientais consideráveis, dado o potencial impacto sobre os ecossistemas marinhos, nomeadamente sobre habitats bentónicos e a qualidade da água (OECD, 2019). Apesar de ser amplamente praticada em países como a Namíbia, a mineração *offshore* ainda não se configura como um modelo prevalente no contexto angolano, particularmente na região leste (Shaw, 2018).

Em contraste, a mineração *onshore* é realizada em terra firme e constitui o modelo hegemónico de exploração diamantífera nas províncias das Lundas (Leste de Angola). Essa forma de mineração é classificada com base na origem geológica dos depósitos: (i) jazidas primárias ou kimberlíticas; (ii) jazidas secundárias ou aluviais; e (iii) jazidas mistas (KPMG Angola, 2016). A exploração de jazidas

primárias envolve a extração direta de diamantes a partir de rochas vulcânicas conhecidas como kimberlitos, formadas por antigos tubos magmáticos que transportaram os cristais do manto terrestre até a superfície (Levinson, 2001). Neste âmbito, destacam-se as Sociedades Mineiras de Catoca e Luele, ambas localizadas na província da Lunda Sul, cuja operação ocorre por meio de mineração a céu aberto, caracterizada por elevado grau de mecanização e investimentos significativos em tecnologia (Endiama, 2021).

Por outro lado, nas jazidas aluviais, os diamantes encontram-se dispersos em depósitos sedimentares resultantes da ação erosiva e do transporte por cursos fluviais ao longo do tempo geológico (Garnett et al., 2009). A Sociedade Mineira do Cuango, localizada na província da Lunda Norte, constitui um exemplo representativo desse tipo de exploração, que tende a ocorrer em profundidades menores e com maior dependência de mão de obra local (KPMG Angola, 2016). Importa ainda mencionar a existência de operações com perfil híbrido, que conjugam métodos de extração primária e secundária em função das características geológicas e da viabilidade econômica dos depósitos. Neste grupo, incluem-se as Sociedades Mineiras Furi, Kaixepa e Yetwene, que adoptam uma abordagem técnica mista para o aproveitamento de jazidas de natureza combinada.

A segmentação entre os modelos de mineração *onshore* e *offshore* permite compreender não apenas as diferenças técnicas e operacionais envolvidas, mas também os desafios ambientais, sociais e económicos associados a cada modalidade. No contexto angolano, a predominância da mineração *onshore* reflecte a geologia regional e o histórico de exploração no país. Contudo, esta hegemonia também revela uma concentração de investimentos e tecnologias voltada para métodos tradicionais de extração, ao passo que a mineração *offshore* - mais tecnicamente exigente e ambientalmente sensível - permanece inexplorada.

A ausência de diversificação tecnológica pode limitar o potencial competitivo de Angola no sector global diamantífero. Além disso, as operações *onshore*, sobretudo nas jazidas aluviais, mantêm uma relação mais directa com as comunidades locais, o que exige uma abordagem equilibrada entre exploração económica e responsabilidade social. Nesse sentido, a adopção de modelos híbridos por algumas empresas representa uma tentativa de adaptação à complexidade geológica da região, embora ainda careça de estudos sistemáticos sobre os impactos socioambientais e a sustentabilidade dessas práticas a longo prazo.

#### 3.1.4.2. Investimento na indústria mineira

De acordo com as directrizes do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2022-2027 e as orientações estratégicas do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET), o

Governo de Angola tem implementado políticas orientadas para a diversificação económica e para o aumento do valor acrescentado na cadeia produtiva da indústria diamantífera. Nesse sentido, um conjunto de projectos estruturantes tem sido desenvolvido, com destaque para as províncias da Lunda Sul e da Lunda Norte, epicentros da produção diamantífera nacional (MIREMPET, 2022; República de Angola, 2022).

Entre os principais projectos previstos para o período 2022–2027, destacam-se: (i) o Pólo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo; (ii) o Pólo de Desenvolvimento do Dundo; (iii) a criação da Bolsa de Diamantes de Angola; e (iv) a construção de novas unidades de lapidação. O Pólo de Saurimo, em operação desde 2021, representa um marco estratégico na industrialização do setor, com capacidade instalada para até 42 fábricas de lapidação, distribuídas em 26 lotes industriais. O seu objectivo central reside na valorização local dos diamantes brutos, fomentando a geração de empregos qualificados e a retenção de valor económico no território nacional (Endiama, 2023; MIREMPET, 2022).

O Pólo do Dundo, cuja conclusão está projectada para 2026, visa ampliar a capacidade nacional de transformação mineral, reforçando a verticalização da cadeia de valor e promovendo o desenvolvimento regional equilibrado. O projecto contempla a criação de empregos especializados, a formação técnica local e a dinamização de serviços conexos ao setor mineiro (Santos & Chitombe, 2021).

Complementarmente, a Bolsa de Diamantes de Angola, com inauguração prevista para 2026, será uma plataforma destinada a institucionalizar um ambiente comercial regulado, transparente e competitivo, contribuindo para a inserção de Angola nos mercados internacionais de pedras preciosas, atração de investimento estrangeiro e fortalecimento da rastreabilidade nas transações (OECD, 2019).

Em articulação com esses polos, está também prevista a instalação de 29 novas fábricas de lapidação em diversas regiões, com especial enfoque nas províncias da Lunda Sul, Lunda Norte e Moxico. Esta medida visa consolidar uma cadeia produtiva nacional integrada, reduzir a exportação de diamantes em estado bruto e impulsionar o crescimento do setor transformador (KPMG Angola, 2016).

No âmbito do desenvolvimento local, destaca-se o papel das empresas mineiras, nomeadamente a Sociedade Mineira de Catoca, que tem desenvolvido iniciativas de apoio à agricultura familiar, através do Projeto de Fomento Agrícola, em parceria com a organização não-governamental Atos. As acções incluem a implementação de hortas comunitárias em formato de mandala, lavras comunitárias, distribuição de insumos agrícolas, construção de estufas e criação de uma unidade de produção de adubo orgânico. Essas iniciativas têm como objetivo reforçar a segurança alimentar e promover fontes alternativas de rendimento para as comunidades locais (Catoca, 2023).

Outras empresas, como as Sociedades Mineiras do Yetwene, Furi, Cuango e Kaixepa, também implementam programas de incentivo à agricultura sustentável e geração de autoemprego. Dentre as ações estão incluídos programas de capacitação técnica, criação de campos de produção, garantia de compra da produção local e apoio a cooperativas. A parceria com a Fundação Brilhante tem permitido o desenvolvimento de projectos sociais com foco na autonomia produtiva e na redução da pobreza extrema, através de uma abordagem integrada e sustentável (Fundação Brilhante, 2023).

Apesar do impacto positivo dessas intervenções, autoridades locais, como o Vice-Governador da Lunda Norte, Eng.º Frederico Barroso, observam que o apoio do sector mineiro ao desenvolvimento agrícola ainda é insuficiente e que poucas empresas apresentam acções consistentes de recuperação ambiental nas áreas exploradas (República de Angola, 2022).

A estratégia de verticalização da cadeia de valor diamantífera em Angola constitui uma resposta relevante à histórica dependência da exportação de matérias-primas em estado bruto, aproximando-se dos princípios do desenvolvimento sustentável e da industrialização inclusiva defendidos por organismos multilaterais (UNCTAD, 2020; OCDE, 2019). No entanto, o sucesso desses projectos estruturantes dependerá da efectiva integração entre os sectores mineiro e agrícola, garantindo que a industrialização não se opere de forma isolada, mas esteja articulada com o desenvolvimento das comunidades locais (Hilson, 2010).

A actuação das empresas mineiras na promoção da agricultura familiar representa um avanço, embora ainda limitado, uma vez que a maioria das iniciativas carece de planos robustos de continuidade, avaliação de impacto e inserção em políticas públicas regionais. Além disso, a fraca adesão à recuperação ambiental das áreas degradadas revela uma lacuna na aplicação dos princípios da mineração responsável, comprometendo o equilíbrio ecológico e social das zonas exploradas (Bridge, 2004). Assim, para que Angola avance de forma sustentável na sua estratégia de diversificação económica, será necessário reforçar os mecanismos de monitoramento, responsabilização corporativa e participação comunitária nas decisões que afectam os territórios mineiros.

### 3.2. DIMENSÃO AMBIENTAL

O engajamento em políticas de protecção ambiental é notório na agenda de responsabilidades de quase todas as sociedades diamantíferas estudadas, existentes na região. De uma forma comparativa, a síntese seguinte institui a análise que se segue:

- SM Catoca: adoção e emprego do método “Battlefield”, revegetação, mas aponta-se falhas em recuperação de áreas degradadas;

- SM Cuango: práticas ambientais estruturadas, mas mal avaliadas pelas comunidades;
- SM Furi: problemas sérios com contaminação hídrica;
- SM Luele: certificação ISO 9001, boas práticas formais, impacto real ainda pouco claro.

Além disto, o desempenho ambiental da indústria diamantífera relativamente ao desenvolvimento sustentável, conforme constatado, pode ser fundamentado nos seguintes princípios e critérios: (i) Consciência ambiental e (ii) Adesão aos Códigos e Normas Ambientais.

### 3.2.1. Consciência Ambiental

O sector mineiro em Angola, notadamente a exploração diamantífera, opera sob um conjunto rigoroso de normas legais e regulamentares que visam assegurar não apenas a legalidade das atividades extrativas, mas também a sua inserção no mercado internacional formal. Cada projeto mineiro deve obedecer a procedimentos de licenciamento e catalogação, os quais garantem a rastreabilidade dos recursos, a certificação de origem e o cumprimento de padrões internacionais de transparência e responsabilidade social corporativa (MIREMPET, 2022; OECD, 2019).

No domínio geológico, os recursos extraídos são devidamente identificados e classificados, possibilitando seu rastreamento ao longo da cadeia de valor. Essa prática representa uma medida eficaz de mitigação contra o tráfico ilícito de minerais, conforme recomendado pelo Processo de Kimberley (Kimberley Process, 2020). Particularmente no caso dos diamantes kimberlíticos, destaca-se a existência de uma assinatura geoquímica específica – o chamado “DNA mineral” –, que permite a rastreabilidade científica da pedra, reforçando a autenticidade de sua origem e fortalecendo a integridade das transações comerciais (Levinson, 2001).

Conforme demonstrado na tabela n.º9, apresentam-se, a seguir, as principais certificações e licenças ambientais exigidas para a atividade mineira em Angola:

Tabela 9: Certificações e licenças ambientais exigidas na actividade mineira

<b>Certificação/ licença</b>	<b>Descrição</b>	<b>Finalidade principal</b>
Certificações Ambientais	Atestam o compromisso da empresa com a preservação ambiental e o respeito às comunidades locais.	Demonstrar responsabilidade socioambiental e garantir conformidade com padrões globais.
Estudo de Impacto Ambiental (EIA)	Análise técnica detalhada dos efeitos potenciais da actividade mineira sobre o meio ambiente.	Identificar, mitigar e monitorar impactos ambientais antes do início das operações.
Licença Ambiental	Autorização legal para operar, concedida com base na análise do EIA.	Garantir que a actividade seja realizada sem comprometer os recursos naturais.

Licença de Exploração Mineral	Permissão legal para extrair e comercializar os minérios encontrados na área licenciada.	Regularizar a exploração e evitar o comércio ilegal de recursos minerais.
Licença para Britadeiras	Regula o uso de equipamentos de britagem (fragmentação de rochas) nas operações mineiras.	Controlar os impactos operacionais e ruídos associados à fragmentação de materiais.
Controle de Qualidade da Água	Sistema contínuo de monitoramento dos recursos hídricos afetados pela mineração.	Preservar a qualidade da água e prevenir contaminações dos cursos e aquíferos locais.
Licença da Bacia de Rejeitos	Autoriza a construção e uso de estruturas para armazenamento seguro dos resíduos da mineração.	Minimizar riscos ambientais e garantir a contenção segura de materiais contaminantes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A conformidade legal e ambiental é, portanto, um elemento central para a agregação de valor aos recursos naturais extraídos, condição *sine qua non* para sua comercialização nos mercados formais. Nesse sentido, a Sociedade Mineira de Catoca tem assumido um compromisso explícito com a agenda ambiental global, manifestando interesse em aderir ao Pacto Global das Nações Unidas e comprometendo-se com os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A sua política ambiental define 13 áreas prioritárias de intervenção, consolidando a empresa como potencial promotora do desenvolvimento sustentável no setor extrativo nacional (Catoca, 2023).

Apesar desse enquadramento normativo e institucional, persistem fragilidades na efectivação de práticas ambientais robustas por parte das empresas. Conforme alertado pelo Vice-Governador Provincial para a Área Técnica e de Infraestruturas da Lunda Norte, Eng.º Domingos Dala, observa-se a inexistência de uma aplicação efectiva dos planos de recuperação ambiental nas zonas de exploração. Tal inércia agrava a insegurança socioeconómica das comunidades locais, sobretudo daquelas envolvidas na agricultura familiar, frequentemente privadas do acesso à terra sob o argumento empresarial de que os terrenos ainda contêm reservas minerais por explorar (República de Angola, 2022).

As práticas ambientais das principais empresas mineiras que operam nas províncias das Lundas e do Moxico apresentam variabilidade significativa. A Sociedade Mineira de Catoca, por exemplo, utiliza o método “Battlefield” – técnica que prevê a reposição do material estéril imediatamente após a extração – além de promover a recolha de espécies nativas para fins de revegetação. No entanto, relatos locais indicam que os planos de reabilitação ambiental têm sido insuficientes, particularmente em áreas já severamente degradadas (Fundação Brilhante, 2023).

A Sociedade Mineira do Yetwene aplica técnicas de baixo impacto durante a fase de prospecção, recorrendo a métodos manuais e mantendo a cobertura vegetal nativa. De acordo com a engenheira Carmen Barros, estas práticas visam minimizar os impactos em áreas com incerteza

geológica elevada. A SM Kaixepa, embora sem plano ambiental formalizado, demonstra algum grau de responsabilidade ambiental por meio de ações comunitárias e incentivo à agricultura sustentável. Já a SM Furi mantém um viveiro de espécies nativas e exóticas, ainda que enfrente sérios desafios relacionados à contaminação hídrica por resíduos de mineração. Um representante da empresa declarou que, embora “a guerra das plantas tenha sido vencida, a guerra da água continua”, numa alusão ao esforço ainda insuficiente na gestão dos efluentes (Catoca, 2023).

Em contrapartida, a Sociedade Mineira do Cuango possui uma política ambiental estruturada, com práticas como transposição de solo, catalogação de espécies e produção de mudas em viveiros, respaldadas por licenças ambientais válidas que abrangem desde a instalação até a incineração de resíduos (MIREMPET, 2022).

Contudo, inquéritos realizados junto às comunidades locais das comunas do Muxila, Capenda-Camulemba, Cambulo e Lucapa revelaram elevados níveis de insatisfação com o desempenho ambiental das empresas. Os principais problemas apontados foram a contaminação dos recursos hídricos com substâncias tóxicas como o mercúrio, a degradação de terras agrícolas sem reabilitação posterior e a ausência de ações de educação ambiental. A avaliação geral atribuída pelas comunidades às práticas ambientais das empresas foi de “zero” numa escala qualitativa, refletindo a percepção de negligência institucional e omissão social no relacionamento com as populações afetadas.

A análise crítica das práticas ambientais no sector diamantífero angolano revela uma dicotomia entre o discurso institucional e a realidade observada nas comunidades afectadas. Embora as empresas declarem aderência a agendas internacionais de sustentabilidade, como os ODS da ONU, na prática verifica-se uma carência de políticas efetivamente implementadas de recuperação ambiental e justiça socioambiental (Hilson, 2012; Pegg, 2006).

A ausência de reabilitação das áreas exploradas e a contaminação dos recursos hídricos colocam em causa os direitos humanos básicos das populações locais, especialmente o direito à terra e à água potável. Conforme argumenta Bridge (2004), a extração mineral em contextos frágeis tende a reproduzir lógicas de exclusão e marginalização, se não for acompanhada por mecanismos de responsabilização e participação comunitária. Neste sentido, torna-se imperativo que o Estado angolano reforce os instrumentos de fiscalização ambiental e promova a integração das comunidades na governança dos territórios mineiros, sob pena de perpetuar os ciclos de desigualdade e insegurança que historicamente acompanham o extrativismo na África subsaariana.

### 3.2.2. Adesão aos códigos e normas ambientais

A Sociedade Mineira do Luele adota elevados padrões de governança corporativa e gestão operacional, alinhando suas práticas aos referenciais normativos internacionais. Um dos principais marcos desse compromisso é a certificação ISO 9001, a qual atesta a conformidade da empresa com os critérios globais de qualidade, segurança e melhoria contínua dos processos (ISO, 2015). A manutenção desta certificação exige um sistema robusto de controle interno, o qual, na Sociedade Mineira do Luele, é assegurado por uma equipa multidisciplinar especializada que actua em regime ininterrupto de monitoramento das operações, permitindo a identificação precoce de riscos e a implementação de medidas corretivas eficazes (Campos & Barbosa, 2018).

O processo de aprovação e execução de projectos na empresa é conduzido com elevado rigor técnico, incorporando análises de viabilidade económica, disponibilidade de recursos financeiros e capacidade produtiva instalada. Esta abordagem multidimensional considera, ainda, factores estratégicos de longo prazo, como a optimização do uso de recursos naturais e a coerência dos investimentos com os objectivos institucionais de sustentabilidade e competitividade no mercado global (Porter & Kramer, 2011). Nesse contexto, a Sociedade Mineira do Luele posiciona-se como uma empresa mineradora que procura integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às práticas operacionais, em consonância com os paradigmas de responsabilidade social empresarial e de criação de valor partilhado.

Apesar da adesão formal a padrões internacionais de qualidade e sustentabilidade, como a ISO 9001, é necessário examinar com maior profundidade a efectividade concreta dessas práticas no contexto da mineração em economias em desenvolvimento. Em muitos casos, a certificação ISO pode tornar-se mais um instrumento de legitimação institucional do que uma garantia de desempenho ambiental e social efetivo (Boiral, 2007).

O facto de uma empresa manter auditorias contínuas e equipas técnicas qualificadas não assegura, por si só, uma gestão ética dos impactos socioambientais, sobretudo em contextos marcados por desigualdades estruturais. Além disso, como argumenta Hilson (2012), há uma tendência de empresas do sector extrativo priorizarem a performance operacional em detrimento de acções transformadoras junto às comunidades locais. Assim, a Sociedade Mineira do Luele, embora adopte boas práticas de gestão, deverá avançar para além da conformidade técnica, fortalecendo mecanismos de transparência, diálogo comunitário e avaliação de impactos socioeconómicos, de modo a consolidar um modelo verdadeiramente sustentável de mineração.

### 3.3. DIMENSÃO SOCIAL

Na dimensão social, procedeu-se à análise do desempenho das sociedades mineiras no âmbito da responsabilidade social corporativa, tendo como referência um conjunto de indicadores associados ao envolvimento das partes interessadas e à promoção da sustentabilidade.

As corporações diamantíferas em Angola, a exemplo da Sociedade Mineira de Catoca, promovem Investimentos Sociais Corporativos (ISC) por meio de iniciativas direcionadas ao desenvolvimento comunitário, à educação, à saúde e às infraestruturas nas áreas de mineração, como nas províncias de Lunda-Norte e Lunda-Sul. Esses investimentos têm como objectivo gerar um efeito positivo nas comunidades locais, frequentemente em situação de vulnerabilidade, e aprimorar suas condições de vida e bem-estar. Conforme esclarecido neste relatório, durante nossas visitas de campo no contexto deste estudo, conseguimos percorrer vários projectos associados aos ISC.

A investigação abrangeu ainda a política comunitária adoptada pelas empresas, bem como as estratégias voltadas para o desenvolvimento do capital humano e social, com ênfase em iniciativas nas áreas de formação profissional, educação e empregabilidade, apoio à construção e reabilitação de infraestruturas educativas, e fornecimento de apoios materiais diversos. Também foram consideradas as percepções e avaliações provenientes da comunidade académica e dos órgãos governamentais relevantes.

A análise estendeu-se ao sector da saúde, contemplando tanto a oferta de serviços de saúde comunitária como a existência e qualidade das infra-estruturas sanitárias disponibilizadas pelas empresas. Nesta vertente, foram examinados igualmente os mecanismos institucionais de avaliação das intervenções realizadas. Por fim, a secção abordou a questão habitacional, com especial atenção aos projectos habitacionais destinados às comunidades locais e aos trabalhadores das empresas mineiras. A secção conclui com a identificação dos principais desafios e com o levantamento das percepções das comunidades sobre o impacto social potencial destas iniciativas e acções nos seus territórios.

#### 3.3.1 Engajamento das partes interessadas e sustentabilidade

A literatura especializada tem evidenciado que práticas de desenvolvimento comunitário sustentável devem, necessariamente, basear-se em elevados níveis de participação dos beneficiários directos, sendo esta condição essencial para garantir a legitimidade, eficácia e continuidade das acções (Chambers, 1997; Pretty, 1995). No contexto da indústria extrativa, especialmente na mineração de diamantes, o debate sobre responsabilidade social corporativa (RSC) tem evoluído para abordagens mais complexas que enfatizam a obtenção da chamada “licença social para operar” – um consenso

tácito entre a empresa e as comunidades locais, construído por meio de confiança mútua, diálogo e envolvimento ativo (Bice, 2014; Owen & Kemp, 2013).

Autores como Maconachie e Hilson (2013) chamam a atenção para a desconexão recorrente entre os programas corporativos de RSC e as reais necessidades das populações locais, advertindo que acções que não incorporem mecanismos sólidos de consulta e participação comunitária têm menor probabilidade de promover desenvolvimento significativo. Nesse sentido, a actuação da Sociedade Mineira do Luele tem se destacado pelo estabelecimento de canais contínuos de auscultação junto às comunidades, orientados à identificação e priorização de demandas sociais. Através de visitas regulares realizadas por assistentes sociais, é possível captar, com maior precisão, os anseios das populações e traduzi-los em projetos estruturantes.

Um exemplo relevante dessa abordagem é o processo de reassentamento de famílias, conduzido por uma comissão multidisciplinar composta por representantes da empresa, do governo e, principalmente, por líderes comunitários locais. Esse modelo colaborativo permitiu a recolha sistemática de dados socioeconômicos e culturais de cerca de 300 famílias, assegurando que os projectos habitacionais fossem ajustados às especificidades e preferências dos beneficiários.

A Sociedade Mineira de Catoca e do Luele adoptam formalmente um plano de envolvimento das partes interessadas (*stakeholder engagement plan*), reconhecendo que a identificação, mapeamento e gestão eficaz das expectativas dos diversos atores são componentes críticos para o sucesso dos projetos mineiros (Freeman, 1984; IFC, 2007). Os stakeholders identificados incluem as comunidades locais, o meio ambiente, os trabalhadores, o Estado e os investidores. Cada um desses grupos desempenha um papel estratégico na sustentação da operação mineira e na promoção do desenvolvimento sustentável regional.

Actualmente, a Sociedade Mineira de Catoca emprega 2.852 pessoas, das quais 885 são trabalhadores directos e 1.967 pertencem a empresas terceirizadas. Destaca-se que mais de 50% da força de trabalho provém da região, o que revela um compromisso efectivo com a geração de emprego local e a valorização do capital humano endógeno.

No domínio da formação profissional, a Sociedade Mineira do Luele implementa um programa de capacitação técnica voltado para jovens oriundos das comunidades adjacentes, em parceria com o Centro de Formação Profissional da Lunda Sul. Os cursos oferecidos incluem carpintaria, eletricidade, mecânica e construção civil, sendo o acesso determinado por processos seletivos comunitários. Essa iniciativa tem contribuído para a inclusão produtiva e para a redução das desigualdades de gênero, como evidenciado pela formação da primeira mulher operadora de máquinas pesadas na região.

A colaboração com instituições de ensino superior representa outro eixo estratégico das ações de responsabilidade social. A Universidade Lueji A'Nkonde, por exemplo, tem desempenhado um

papel relevante na formação de quadros técnicos, mediante protocolos com a indústria mineira que garantem o acesso a laboratórios especializados, estágios profissionais e apoio a projetos de pesquisa aplicada. Além disso, a cooperação com o Instituto Superior Politécnico do Saurimo tem viabilizado intervenções conjuntas em áreas como o saneamento básico e programas de bolsas de estudo, promovendo, assim, a integração entre conhecimento científico, inovação e desenvolvimento territorial.

No que concerne à sustentabilidade, observa-se um esforço crescente por parte da indústria diamantífera angolana no sentido de integrar critérios ambientais e sociais às suas práticas operacionais. A Sociedade Mineira de Catoca destaca-se pela implementação de sistemas de energia solar fotovoltaica em equipamentos sociais como escolas, postos de saúde e sistemas de abastecimento de água, contribuindo para a descarbonização energética e para a melhoria dos serviços públicos essenciais. Paralelamente, desenvolve acções de capacitação técnica nas áreas de eletricidade, canalização e alvenaria, com o objectivo de garantir a manutenção das infraestruturas e fomentar a autonomia das comunidades (Catoca, 2024).

Essas práticas, ao articular o desenvolvimento de competências locais com a infraestrutura sustentável, alinham-se às directrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, notadamente os ODS n.º 4 (educação de qualidade), n.º 7 (energia limpa e acessível), n.º 8 (trabalho decente e crescimento económico) e n.º 11 (cidades e comunidades sustentáveis) (ONU, 2015).

Posto isso, cabe referir que o trabalho de campo permitiu realizar uma análise abrangente e bem fundamentada sobre o engajamento das partes interessadas e a sustentabilidade no contexto da indústria extrativa de Angola, com ênfase nas práticas adotadas pelas Sociedades Mineiras do Luele e Catoca, destacando-se a relevância do envolvimento comunitário efetivo como elemento central para a obtenção da “licença social para operar”, conceito amplamente reconhecido na literatura como vital para o sucesso e legitimidade das operações mineradoras (Bice, 2014; Owen & Kemp, 2013).

A abordagem colaborativa no reassentamento das famílias, bem como a realização de consultas periódicas, evidencia um esforço genuíno em alinhar os projetos às reais necessidades sociais locais, minimizando os riscos de conflitos e promovendo o desenvolvimento inclusivo, conforme recomendam Maconachie e Hilson (2013).

Entretanto, apesar dos avanços registados não foi possível aprofundar a discussão crítica sobre os desafios enfrentados na implementação prática dessas estratégias, incluindo possíveis limitações estruturais e conflitos emergentes entre os interesses corporativos e comunitários. Deste modo, é importante referir que a mera existência de canais de consulta não assegura necessariamente a efectiva participação ou empoderamento das comunidades, sendo importante analisar como as dinâmicas de poder influenciam esses processos e se as vozes mais vulneráveis são efetivamente ouvidas e

consideradas (Arnstein, 1969). Além disso, a dependência de contratos terceirizados para grande parte da mão de obra, embora contribua para a geração de emprego, pode implicar precarização laboral e fragilização das condições de trabalho, aspecto que mereceria uma reflexão mais crítica.

No que tange à formação técnica e capacitação, o texto destaca iniciativas importantes que promovem a inclusão social e a diversidade, como a inserção da primeira mulher operadora de máquinas pesadas. No entanto, seria pertinente discutir a abrangência dessas políticas e os indicadores de sucesso a médio e longo prazo, para verificar se essas ações se traduzem em mudanças estruturais reais e sustentáveis para as comunidades (Cornwall, 2008).

A parceria com instituições acadêmicas é outro ponto forte, fortalecendo a interface entre conhecimento técnico e inovação, alinhada às melhores práticas de desenvolvimento territorial. Contudo, a relação entre universidades e mineração poderia ser examinada sob o prisma da independência científica e do equilíbrio entre pesquisa aplicada e crítica, evitando-se o risco de captura institucional por interesses corporativos (Pellizzoni, 2012).

Finalmente, no que concerne à sustentabilidade ambiental, a adoção de energias renováveis e programas de capacitação para manutenção das infraestruturas indicam um compromisso positivo com os ODS. Contudo, uma análise crítica mais aprofundada sobre os impactos ambientais diretos da mineração e as estratégias para mitigação dos danos ambientais, sobretudo considerando o histórico de degradação no setor, seria fundamental para uma avaliação mais equilibrada (Hilson & Murck, 2000).

### *3.3.1.1 Política comunitária*

O desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado à promoção do bem-estar regional, o que tem impulsionado algumas empresas do sector mineiro a adotarem práticas que transcendem a mera exploração de recursos naturais, incorporando abordagens de RSC e fortalecimento das comunidades locais (Elkington, 1997; Porter & Kramer, 2006). Nesse contexto, a Sociedade Mineira de Catoca evidencia um compromisso institucional que ultrapassa os limites operacionais da empresa, destinando recursos e esforços expressivos para a promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades vizinhas. De acordo com suas directrizes institucionais, “investir no desenvolvimento das comunidades não é apenas uma responsabilidade, mas sim uma oportunidade estratégica para criar impactos positivos e duradouros” (Sociedade Mineira de Catoca, 2024, p. 15).

No âmbito de sua política comunitária, a Sociedade Mineira de Catoca implementou três programas estruturados, geridos pela Fundação Brilhante, que actuam em áreas estratégicas para a

transformação local. Esses programas têm como objectivos centrais a criação de capacidades locais, a redução da dependência externa e o fortalecimento do empoderamento económico e social das comunidades, alinhando-se às directrizes dos ODS da ONU (2015).

Tabela 10: Programas da Sociedade Mineira de Catoca

<b>Programa</b>	<b>Área de actuação</b>	<b>Objectivo principal</b>
CATOCA Mulher	Apoio à mulher rural	Promover a inclusão, capacitação e liderança feminina nas comunidades agrícolas
CATOCA Jovem	Formação técnico-profissional para jovens	Desenvolver competências e preparar a juventude para o mercado de trabalho local
CATOCA Empreendedor	Apoio ao empreendedorismo e comércio local	Estimular a economia comunitária e fomentar a criação de pequenos negócios

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

Por sua vez, a Sociedade Mineira do Cuango enfrenta desafios sociais significativos, particularmente devido ao crescimento da actividade garimpeira informal na região, que tem efeitos negativos sobre o desenvolvimento educacional. Relatos de funcionários da empresa indicam que “muitos pais preferem enviar os filhos para o garimpo em vez da escola”, evidenciando uma resistência cultural e económica ao ensino formal (Sociedade Mineira do Cuango, comunicação institucional, 2025). Apesar disso, observa-se que os serviços sociais, especialmente nas áreas de educação e saúde, têm sido activamente utilizados pela comunidade local, ainda que a persistência dessa resistência represente um obstáculo considerável ao desenvolvimento humano e à superação do ciclo de pobreza (UNICEF, 2019).

Embora a Sociedade Mineira de Catoca demonstre um modelo institucional robusto para a promoção do desenvolvimento comunitário, a eficácia dessas acções depende fortemente da implementação prática e do engajamento real das comunidades locais. A gestão centralizada via fundações, embora estruturada, pode, em certos contextos, dificultar a incorporação plena das necessidades locais, o que reforça a importância de mecanismos participativos genuínos (Maconachie & Hilson, 2013).

Já a Sociedade Mineira do Cuango enfrenta desafios complexos relacionados à informalidade económica e a barreiras socioculturais, que exigem abordagens mais integradas, combinando educação, saúde e políticas sociais para efectivamente romper o ciclo de exclusão (Pretty, 1995). Além disso, o enfrentamento do trabalho infantil no garimpo demanda políticas públicas articuladas e colaboração multisectorial para garantir o direito à educação, condição indispensável para o desenvolvimento sustentável regional (ILO, 2017).

### 3.3.1.2 Desenvolvimento do capital humano e social

O contributo da indústria mineira para o desenvolvimento do capital humano e social no leste de Angola tem-se revelado relevante, embora ainda distante do seu pleno potencial. As iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) levadas a cabo pelas empresas do sector apresentam variações quanto à sua abrangência, consistência e alinhamento com as políticas públicas, especialmente nas áreas da educação e da formação técnico-profissional. Tais iniciativas podem ser agrupadas da seguinte forma: (i) Programas de formação, educação e promoção da empregabilidade; (ii) Construção de infraestruturas educacionais e fornecimento de apoios materiais; (iii) Avaliação por parte da comunidade académica e das autoridades governamentais.

Antes de abordar de forma detalhada cada uma dessas categorias, é pertinente, de maneira concisa, destacar as práticas sociais e ambientais adotadas, estabelecendo uma comparação entre as diferentes Sociedades Mineiras, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 11: Síntese das práticas sociais e ambientais

Empresa	Emprego	Educação/ capacitação	Agricultura	Transparência	Impacto ambiental	Avaliação comunitária
SM Catoca	Alto	Médio	Sim	Fraca	Médio	2/10
SM Luele	Médio	Médio	Não	Boa (ISO 9001)	Médio	4/10
SM Cuango	Médio	Fraco	Pouco	Fraca	Estruturado (licenças), mas contestado	0/10
SM Yetwene	Baixo	Fraco	Médio	Médio	Baixo impacto	3/10
SM Furi	Médio	Fraco	Médio	Médio	Problemas com água	1/10
SM Kaixepa	Baixo	Fraco	Médio	Fraco	Fraco	1/10

FONTE: Elaborado pelos autores (2025).

#### a) Iniciativas de Formação, Educação e Empregabilidade

A promoção do capital humano constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável em contextos de exploração de recursos naturais. Segundo Amartya Sen (1999), o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de expansão das capacidades humanas, sendo a educação e a formação técnicos instrumentos centrais para a autonomia individual e a transformação social. Neste sentido, várias empresas mineiras em Angola, com destaque para a Sociedade Mineira de Catoca, a Sociedade Mineira do Luele, a Sociedade Mineira do Kaixepa e a Sociedade Mineira do Cuango, têm desenvolvido iniciativas direcionadas à capacitação de jovens, valorização profissional e inclusão produtiva.

A Sociedade Mineira de Catoca estruturou três programas principais: o Catoca Jovem, que visa a formação técnica de jovens em áreas como eletricidade, canalização e alvenaria; o Catoca Académico, que apoiava estudantes de graduação e pós-graduação (com 20 bolsas para mestrado e 10 para doutoramento, beneficiando mais de 120 estudantes em 2023), actualmente paralisado; e o Catoca Rural, que presta apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade no meio rural. Estas ações reflectem um alinhamento com os ODS, particularmente o ODS 4 (Educação de Qualidade) e o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) (ONU, 2015).

Por sua vez, a Sociedade Mineira do Luele, em parceria com a ONG Atos, implementa o Projecto Luele, que inclui a criação de uma escola técnica nas áreas de carpintaria e serralheria, e promove um programa de alfabetização em colaboração com a ONG Alphalete. Estas iniciativas têm como objectivo reduzir os índices de analfabetismo e melhorar a qualificação da população local.

A Sociedade Mineira do Kaixepa também contribui para o fortalecimento do ensino técnico através do financiamento para o apetrechamento do laboratório do Instituto Médio Técnico, ampliando as condições materiais para a formação prática dos estudantes. Já a Sociedade Mineira do Cuango se destaca por uma política de integração entre academia e sector produtivo, ao oferecer estágios remunerados com contrato formal para estudantes do ensino médio técnico (por períodos de 6 meses a 1 ano) e do ensino superior (até 2 anos), uma boa prática que favorece a inserção no mercado de trabalho e o fortalecimento da ligação universidade-empresa (Freeman, 1984; World Bank, 2020).

Tabela 12: Programas de formação e apoio educacional

<b>Programa / Projecto</b>	<b>Descrição</b>
CATOCA Jovem	Formação de jovens em áreas técnicas (eletricidade, alvenaria, canalização) para reforçar a empregabilidade local.
CATOCA Académico	Subsídios a estudantes do ensino superior, mestrado (20) e doutoramento (10). Em 2023, mais de 120 beneficiários.
CATOCA Aluno	Apoio a alunos de famílias vulneráveis (30 mil Kwanzas trimestrais). Abrange escolas próximas e afastadas da mina.
CATOCA Rural	Apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade social, com foco no contexto rural.
Projecto Luele/ONG Atos	Criação de escola técnica (carpintaria, serralheria) e projecto de alfabetização com a ONG Alphalete.
Laboratório do Instituto Médio Técnico	Apoiado pela Sociedade Mineira do Kaixepa para o fortalecimento da formação técnica.

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

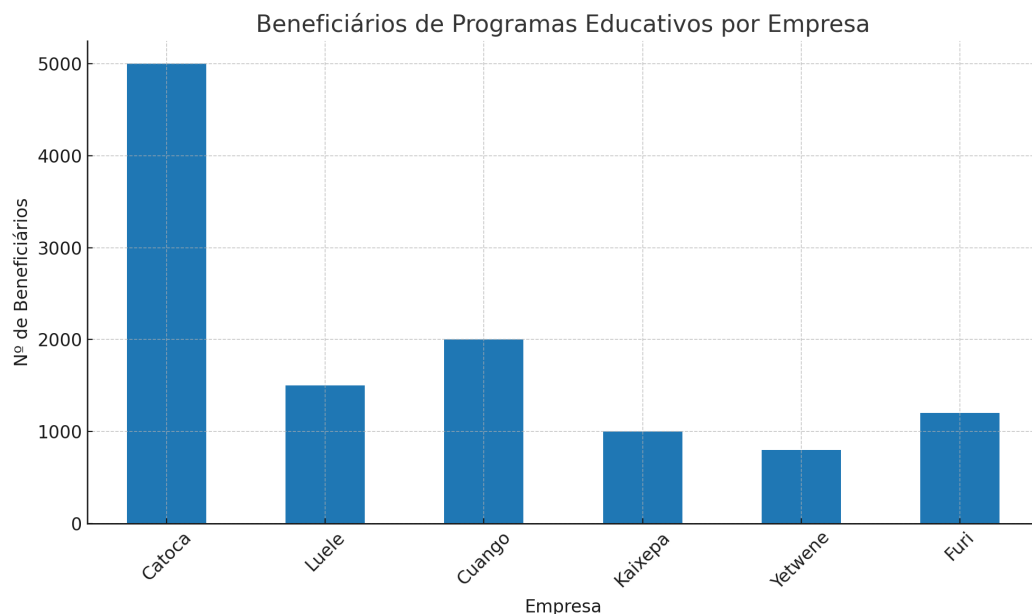
Embora os programas desenvolvidos pelas empresas mineiras demonstrem um esforço relevante para a promoção do capital humano e da educação técnica, persistem desafios estruturais relacionados à sustentabilidade e continuidade dessas iniciativas. A paralisação temporária do Catoca Académico, por exemplo, pode revelar a fragilidade institucional de alguns programas dependentes de ciclos económicos e orçamentários. Além disso, o impacto dessas ações depende da sua articulação

com políticas públicas de educação e emprego, a fim de evitar que se tornem paliativas ou assistencialistas.

Conforme apontado por Chambers (1997), programas que não integram efectivamente os beneficiários na concepção e execução das ações tendem a gerar dependência e baixa apropriação social. Assim, sugere-se que as empresas reforcem os mecanismos de avaliação participativa, assegurem financiamento de longo prazo e estabeleçam parcerias mais sólidas com instituições de ensino e órgãos públicos, garantindo a perenidade e o impacto transformador das intervenções.

Finalmente, quanto à educação e formação técnica de colaboradores, a Sociedade Mineira de Catoca lidera também nos programas educativos, atingindo aproximadamente 5.000 beneficiários. Outras empresas como Cuango e Luele também possuem iniciativas importantes. O gráfico a seguir evidencia a síntese das anotações produzidas:

Gráfico 5: Número de beneficiários de programas educativos das Sociedades Mineiras



FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

### b) Infraestruturas Educacionais e Apoios Materiais

O investimento em infraestruturas educacionais por parte das empresas mineiras tem-se revelado um componente relevante da sua responsabilidade social corporativa, reflectindo um compromisso com o fortalecimento do capital humano e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Diversas empresas do sector têm contribuído para a construção, reabilitação e apoio funcional de escolas, respondendo, ainda que parcialmente, às carências estruturais do sistema educativo nas regiões de influência directa das operações mineiras.

A Sociedade Mineira de Catoca é frequentemente destacada como uma das principais promotoras de intervenções estruturantes no sector da educação, tendo construído 11 escolas e fornecido mobiliário e material escolar para mais de 6.500 alunos, além de assegurar transporte escolar e apoio contínuo a instituições como as escolas de Ngando e Sapopu.

A Sociedade Mineira do Furi, por sua vez, implementou um complexo escolar com 12 salas de aula, biblioteca, casas de banho e alojamento para docentes, beneficiando uma população estudantil superior a mil alunos. A Sociedade Mineira do Cuango, igualmente activa, promoveu a construção e apoio a cinco escolas, embora estas continuem a enfrentar desafios relacionados com infraestruturas, acesso a água potável, fornecimento de energia, transporte e insuficiência de recursos humanos qualificados.

No caso da Sociedade Mineira do Yetwene, observa-se a construção de uma unidade escolar no bairro Samulambo (com quatro salas de aula), bem como a previsão de uma nova escola, embora enfrentando dificuldades relativas à gestão sustentável das iniciativas. Por outro lado, a Sociedade Mineira da Kaixepa prevê o financiamento para a reabilitação de uma escola situada no perímetro urbano (nas imediações do Magistério Primário e do Banco BIC), o que demonstra uma preocupação com a revitalização de infraestruturas já existentes.

Tabela 13: Projectos e acções de apoio escolar

<b>Empresas mineiras</b>	<b>Fundamentação/potencial impacto</b>
Sociedade Mineira de Catoca	Construção de 11 escolas; Fornecimento de mobiliário, material escolar para 6.500 alunos; Garantia de transporte escolar, apoio contínuo a escolas como Ngando e Sapopu.
Sociedade Mineira de Furi	Construção de complexo escolar com 12 salas, biblioteca, casas de banho; Construção de residência para professores; Capacidade de atendimento escolar para mais de 1.000 alunos.
Sociedade Mineira de Cuango	Construção e apoio a 5 escolas com diversas carências (infraestruturas, água, energia, transporte e pessoal docente).
Sociedade Mineira de Yetwene	Construção de 1 escola no bairro Samulambo (4 salas).
Sociedade Mineira da Kaixepa	Previsão de financiamento para reabilitação de escola no perímetro urbano (atrás do Magistério Primário/Banco BIC).

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

Contudo, apesar da relevância social dessas intervenções, nem todos os projectos cumprem os padrões técnicos e pedagógicos definidos pelo Ministério da Educação (MED). De acordo com informações fornecidas pelos gabinetes provinciais da Educação, foram identificadas falhas na padronização das construções, na adequação dos espaços às diretrizes curriculares e na articulação institucional com as estruturas públicas de ensino. Além disso, são frequentes as críticas quanto à descontinuidade das ações e à ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação (Chambers, 1997; Bray, 2000).

A actuação das empresas mineiras na construção e reabilitação de infraestruturas educacionais representa uma oportunidade estratégica para contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial os ODS 4 (educação de qualidade) e ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis). No entanto, a fragmentação das iniciativas, a falta de padronização técnica e a escassa articulação com os órgãos provinciais do setor educativo limitam significativamente o impacto e a sustentabilidade das ações. Conforme argumenta Bray (2000), a colaboração eficaz entre o setor privado e o sistema educacional requer coordenação institucional robusta, protocolos formais e avaliação contínua dos resultados. Sem essas condições, os investimentos tendem a assumir um carácter assistencialista e de curto prazo, incapaz de promover transformações estruturais no acesso e na qualidade da educação nas zonas afetadas pelas atividades mineiras.

### *3.3.1.3 Avaliação da Comunidade Académica e Governamental*

A relação entre o sector mineiro e o meio académico em Angola tem sido objecto de críticas por parte de universidades, associações estudantis e autoridades governamentais, que identificam lacunas significativas na cooperação institucional e no apoio à formação superior. Apesar de algumas iniciativas pontuais promovidas por empresas como a Sociedade Mineira de Catoca e a Sociedade Mineira do Luele, a percepção dominante entre os representantes da comunidade académica é a de que estas acções são insuficientes, descontínuas e pouco articuladas com as necessidades reais do sistema de ensino.

A Universidade Lueji A’Nkonde, localizada na província da Lunda Norte, atribui uma nota entre 0 e 1 (numa escala de 0 a 10) à contribuição do sector mineiro para o desenvolvimento académico regional, reconhecendo apenas o financiamento do campus universitário por parte da Sociedade Mineira de Catoca como uma intervenção relevante. Já a Universidade Lusíadas, com campus na Lunda Sul, destaca a ausência de bolsas de estudo, oportunidades de estágio e protocolos de cooperação formalizados, reivindicando um maior envolvimento directo das empresas com as instituições de ensino superior.

De forma semelhante, as associações de estudantes da Universidade Lueji A’Nkonde, da Universidade Lusíadas e do Instituto Superior Politécnico Walinga (província do Moxico) reconhecem parcialmente as acções desenvolvidas pelas empresas mineiras mencionadas, mas sublinham a necessidade de ampliar a cobertura, continuidade e regularidade dos programas. Esta crítica ecoa a literatura que defende a importância da institucionalização da cooperação entre empresas e universidades, com base em acordos formais e mecanismos de acompanhamento sistemático (Etzkowitz & Leydesdorff, 2000).

No plano governamental, o Director Provincial da Educação da Lunda Norte, Dr. Canhinguí Candondolo, atribui nota 5 (numa escala de 0 a 10) ao desempenho das mineradoras, destacando como pontos positivos os programas Catoca Aluno, bolsas de pós-graduação e apoio esporádico a escolas. Contudo, aponta deficiências como a ausência de padronização na construção de infraestruturas escolares, a falta de diálogo estruturado entre as empresas e o Ministério da Educação, e os atrasos na resposta a solicitações de estágio.

Já o Vice-Governador Provincial para o Sector Técnico e de Infraestruturas, Eng.º Frederico Barroso, considera que as acções do setor mineiro são esporádicas, não estruturadas e pouco eficazes em termos de planeamento interinstitucional. Em sua análise, há necessidade de maior coordenação entre empresas e Estado, com vista à elaboração de planos conjuntos de desenvolvimento educacional e à definição de metas comuns de longo prazo.

Apesar dos esforços pontuais de algumas empresas mineiras na promoção da educação e do capital humano, a atuação do sector revela limitações estruturais importantes. A ausência de protocolos formais de cooperação e a falta de articulação com as políticas públicas minam o potencial transformador dessas iniciativas. Como argumenta Guba e Lincoln (1989), o desenvolvimento eficaz exige processos participativos, contínuos e sistematicamente avaliados, com base em indicadores claros de impacto.

A descontinuidade dos programas, como se verifica com o Catoca Académico, e a concentração das acções em poucas instituições académicas, demonstram um desequilíbrio na distribuição dos recursos e benefícios. Para maximizar o impacto social e educacional, é fundamental que o sector mineiro adopte uma abordagem integrada e multissetorial, fortalecendo parcerias com universidades, governos provinciais e o Ministério da Educação, estabelecendo metas de longo prazo, sistemas de monitoramento e mecanismos de transparência que permitam mensurar resultados e garantir a sustentabilidade das acções.

#### *3.3.1.4 Saúde ocupacional e comunitária nas regiões mineiras*

A saúde constitui um dos pilares fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano sustentável, sendo amplamente reconhecida como um direito universal e um determinante transversal de bem-estar e produtividade (WHO, 2015). No contexto das regiões mineiras da Lunda Norte e Lunda Sul, em Angola, as empresas do setor extrativo têm desempenhado um papel relevante - ainda que desigual - na estruturação de políticas de saúde, tanto no domínio da saúde ocupacional quanto no apoio à saúde comunitária.

### **a) Saúde Ocupacional: Políticas e Benefícios**

A saúde ocupacional visa garantir condições sanitárias adequadas aos trabalhadores, prevenindo doenças profissionais, promovendo o bem-estar físico e mental e assegurando assistência médica de qualidade (ILO, 2021). A Sociedade Mineira de Catoca destaca-se por manter uma política estruturada nesta área, inserida no seu Departamento de Sustentabilidade, através do Sector de Gestão e Benefícios. Os serviços abrangem:

- a. Seguro de saúde para trabalhadores, cônjuges e até quatro filhos (ou até 23 anos no caso de estudantes universitários), com cobertura nacional e internacional (Portugal, África do Sul, Brasil), em função de convénios estabelecidos;
- b. Seguro de vida, incluindo cobertura para morte natural, doença e acidente;
- c. Apoio fúnebre, contemplando desde a oferta de urnas e cestas básicas até à organização dos serviços fúnebres;
- d. Cobertura populacional, com mais de 15.000 dependentes directos beneficiados pelos serviços de saúde da empresa.

Por sua vez, a Sociedade Mineira da Kaixepa apresenta um modelo de saúde ocupacional inovador na região, ao disponibilizar um seguro integral que cobre o trabalhador e até sete dependentes, sem exigência de comparticipação - prática que revela um compromisso acentuado com a proteção social e laboral dos seus quadros.

### **b) Infraestruturas de Saúde Comunitária**

A intervenção das empresas mineiras no setor da saúde não se restringe ao espaço laboral, estendendo-se, ainda que de forma não sistematizada, ao fortalecimento das redes públicas de saúde. Tais ações estão alinhadas com os princípios da responsabilidade social corporativa e da chamada “licença social para operar” (Owen & Kemp, 2013), assumindo contornos estratégicos para o equilíbrio das relações empresa-comunidade.

Entre as principais iniciativas destacam-se:

- SM Catoca: construção de oito postos médicos em parceria com a Cáritas, doação de medicamentos e gestão parcial do funcionamento das unidades, com limitações operacionais e de horário;
- SM Luele: apoio contínuo aos postos de saúde de Ngando e Sapopu, com doações trimestrais de medicamentos e manutenção técnica, em articulação com a Clínica Sagrada Esperança;

- SM Kaixepa: reabilitação estrutural do Hospital Municipal do Lucapa, demonstrando investimento em saúde pública de maior escala;
- SM Cuango: construção de dois centros de saúde no Bairro dos Trabalhadores – Cafunfo, equipados com enfermarias, laboratório e raio-X, e com atuação relevante na resposta a surtos sanitários;
- SM Furi: construção de um centro médico em Fucauma, atualmente em fase de apetrechamento e ativação operacional.

Tabela 14: Iniciativas de saúde das empresas mineiras em Angola

Empresa mineira	Saúde ocupacional	Saúde comunitária (infra-estruturas e apoio)
Sociedade Mineira de Catoca	Seguro de saúde para trabalhador, cônjuge e até 4 filhos (até 23 anos) Rede nacional e internacional (Portugal, África do Sul, Brasil) Seguro de vida Apoio fúnebre Atinge cerca de 15.000 beneficiários	Construção de 8 postos médicos (em parceria com a Cáritas) Doação de medicamentos Gestão parcial dos serviços (limitações horárias)
Sociedade Mineira de Furi	Seguro integral sem comparticipação Cobre trabalhador e até 7 dependentes	Reabilitação do Hospital Municipal do Lucapa
Sociedade Mineira de Cuango	-----	Construção de 2 centros de saúde no Bairro dos Trabalhadores (Cafunfo) Estrutura com laboratório, enfermarias, raio-X e resposta a surtos
Sociedade Mineira de Luele	-----	Apoio e manutenção de postos de saúde em Ngando e Sapopu Doações trimestrais de medicamentos (em parceria com Clínica Sagrada Esperança)
Sociedade Mineira do Furi	-----	Construção de centro médico em Fucauma (em fase de apetrechamento)

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

A análise das iniciativas das empresas mineiras no domínio da saúde revela distintos níveis de compromisso e desenvolvimento institucional. A Sociedade Mineira de Catoca distingue-se por dispor da política mais abrangente e estruturada, tanto no que se refere à saúde ocupacional quanto à saúde comunitária, contemplando um vasto leque de benefícios e uma rede consolidada de serviços. Por sua vez, a Sociedade Mineira da Kaixepa apresenta uma abordagem inovadora ao oferecer uma cobertura de saúde mais inclusiva, estendendo os benefícios ao trabalhador e a um número alargado de dependentes, sem exigência de comparticipação.

No tocante à infraestrutura sanitária, a Sociedade Mineira do Cuango sobressai pela implementação de equipamentos modernos e bem equipados; no entanto, verifica-se uma lacuna na disponibilização pública de informações relativas às suas políticas de saúde ocupacional. Já a Sociedade Mineira do Furi encontra-se em fase de desenvolvimento das suas instalações médicas, o que pode representar avanços significativos no futuro próximo. No conjunto, evidencia-se uma assimetria nas práticas adotadas pelas diferentes empresas do setor, bem como a necessidade premente

de uma maior articulação com os sistemas públicos de saúde a nível provincial, de forma a garantir a sustentabilidade e a eficiência das intervenções no campo da saúde pública.

Embora as ações das empresas mineiras na área da saúde evidenciem um compromisso crescente com a responsabilidade social, observa-se uma fragmentação na abordagem estratégica. A cobertura de saúde ocupacional varia significativamente entre empresas, assim como o grau de envolvimento no apoio à saúde comunitária. A falta de padronização dos serviços e a ausência de articulação com as políticas públicas de saúde representam desafios críticos. Conforme alerta Macintyre et al. (2018), a sustentabilidade das intervenções corporativas no setor social depende da criação de sinergias institucionais, mecanismos de avaliação e participação ativa das comunidades beneficiárias. Portanto, há necessidade de formalizar protocolos com os Ministérios da Saúde e governos locais, garantindo que os investimentos privados se alinhem às prioridades do sistema nacional de saúde, evitando duplicidades e fortalecendo a rede pública.

#### **a) Saúde comunitária e a avaliação institucional**

A saúde comunitária constitui um eixo essencial no processo de promoção do desenvolvimento humano sustentável, sendo amplamente reconhecida como um direito fundamental e um pilar das políticas públicas de bem-estar (OMS, 2010). No entanto, a atuação das empresas mineiras na região das Lundas, embora registre algumas intervenções pontuais, tem sido alvo de críticas por parte das autoridades locais, que apontam para a ausência de uma abordagem estratégica, coordenada e articulada com os programas públicos de saúde.

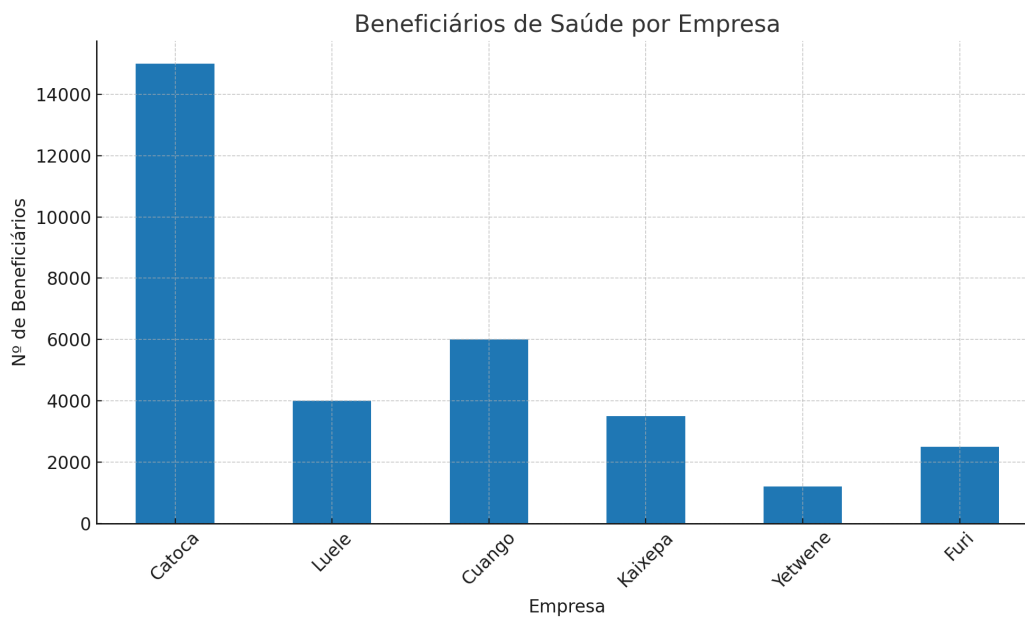
De acordo com o Diretor Provincial da Saúde da Lunda Sul, Dr. Viegas António Almeida, a intervenção do setor mineiro no domínio da saúde é avaliada com nota 3 numa escala de 0 a 10. Entre os principais constrangimentos, destacam-se a inexistência de protocolos formais de colaboração interinstitucional, a ausência de programas de apoio à formação de quadros na área das ciências médicas, e a limitada contribuição das empresas para programas estruturantes como o Programa Alargado de Vacinação (PAV), iniciativas de nutrição para pacientes crónicos e a reabilitação de infraestruturas críticas, como o hospital provincial.

Na mesma linha, o Vice-Governador Provincial para o Sector de Infraestruturas, Eng.º Domingos Dala, sublinhou que as ações desenvolvidas pelas mineradoras são esporádicas, de reduzida abrangência e com impacto limitado. O Director Interino do Gabinete Provincial da Saúde, Dr. Lourenço Dialonga, reforçou esta avaliação, assinalando que apenas uma infraestrutura sanitária foi construída com apoio do setor mineiro e apelou ao maior envolvimento das empresas na gestão de resíduos hospitalares, bem como na reabilitação e apetrechamento de unidades de saúde em estado crítico.

Nesse cenário, impõe-se a necessidade de redefinir o papel das empresas mineiras enquanto agentes co-responsáveis pelo desenvolvimento local. A construção de parcerias estratégicas, com base em protocolos formais, metas mensuráveis e integração com as prioridades do sistema nacional de saúde, é considerada essencial para maximizar o impacto das ações sociais promovidas pelo setor extrativo (Hilson, 2012; Kemp & Owen, 2013). Esta orientação contribuiria para consolidar uma abordagem mais sistêmica, coerente com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente os ODS 3 (Saúde e Bem-estar) e 17 (Parcerias para a Implementação dos Objectivos) (ONU, 2015).

Comparativamente Catoca cobre aproximadamente 15.000 beneficiários em saúde, com postos médicos internos e externos. Outras sociedades mineiras, como Cuango e Kaixepa, também mantêm programas relevantes, embora em menor escala. O Gráfico a seguir evidencia a liderança de Catoca nesta acção:

Gráfico 6: Número de beneficiários em serviços de saúde das Sociedades Mineiras



FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

## b) Benefícios e expectativas

As autoridades locais identificam um conjunto de desafios estruturais que comprometem a eficácia do sistema de saúde regional, entre os quais se destacam: (a) o baixo índice de médicos residentes locais (apenas 11%), (b) a elevada taxa de mortalidade associada ao HIV/SIDA, agravada pela descontinuidade no tratamento devido à insegurança alimentar, (c) o subaproveitamento de infraestruturas de saúde por carência de recursos humanos qualificados, energia elétrica e

equipamentos, e (d) a ausência de regularidade e de formalização nos mecanismos de cooperação entre empresas e governo.

Com base nesses desafios, são apresentadas propostas de reestruturação das intervenções sociais do setor mineiro, com foco em: (a) estabelecimento de parcerias com instituições de ensino para a formação de quadros locais na área da saúde, (b) financiamento contínuo de programas essenciais de saúde pública, (c) reabilitação e apetrechamento de infraestruturas sanitárias críticas, e (d) apoio regular à distribuição de medicamentos e à segurança alimentar hospitalar.

Embora haja reconhecimento de boas práticas no domínio da saúde ocupacional por parte de algumas empresas - notadamente a Sociedade Mineira de Catoca e a Sociedade Mineira da Kaixepa - , verifica-se uma lacuna significativa no que respeita ao apoio consistente e estruturado à saúde comunitária. A falta de articulação com os serviços públicos e a natureza fragmentada das iniciativas contribuem para um impacto limitado e de curta duração. Tal realidade sugere que a responsabilidade social corporativa, quando dissociada de uma abordagem sistémica e interinstitucional, tende a reproduzir desigualdades e a comprometer a eficácia das ações sociais (Bice, 2014).

Portanto, é imperativo que as empresas mineiras adotem uma postura mais proactiva, baseada em diagnósticos participativos, planeamento conjunto com o governo e investimento na formação e retenção de recursos humanos locais. Essa viragem estratégica é indispensável para transformar o potencial económico da mineração em ganhos reais e sustentáveis para a saúde das comunidades afetadas.

### *3.3.1.5 Habitação*

A habitação constitui um elemento estrutural da qualidade de vida e um indicador-chave para avaliação dos impactos socioeconómicos das atividades mineradoras sobre as comunidades locais (Rodrigues & Tavares, 2012). No leste de Angola, emergem alguns projetos habitacionais desenvolvidos por empresas do setor mineiro, cujas características refletem tanto avanços pontuais quanto limitações expressivas na sua abrangência e sustentabilidade.

#### **a) Projectos Habitacionais Comunitários**

A Sociedade Mineira de Catoca lidera impactos positivos ao implementar um projeto habitacional em Sambaia, com 125 residências planejadas — 61 já concluídas e 64 com aproximadamente 60% de execução. A iniciativa adota blocos ecológicos e sistemas de abastecimento de água movidos a energia solar, demonstrando uma abordagem ambientalmente consciente. No entanto, as estruturas como chafariz e reservatório ainda não suprem totalmente as necessidades da

comunidade. A expansão prevista para Luenda e Ossacu evidencia a continuidade do projeto (Rodrigues & Tavares, 2012).

Paralelamente, a Sociedade Mineira do Luele desenvolve um esforço de reassentamento em cinco comunidades (Cafula, Matsukumba, Makajinga, Mukoso e Samulisa), com 300 casas planejadas e 85% de execução após um ano, acompanhadas de infraestrutura integrada (postos de saúde, escola e corpo de bombeiros), promovendo condições habitacionais dignas e planejadas. Outro exemplo relevante é o Projeto Habitacional de Monoa, inicialmente voltado a trabalhadores da Catoca, que posteriormente foi ampliado à comunidade em geral, constituindo um modelo de inclusão (Rodrigues & Tavares, 2012).

Entretanto, há uma percepção acadêmica crítica quanto à ausência de iniciativas semelhantes na Lunda Norte. Membros da comunidade acadêmica da Universidade Lueji A’Nkonde atribuem pontuações entre 0 e 3 (numa escala de 0 a 10), indicando pouca visibilidade, falta de diálogo comunitário e falta de acesso habitacional para quem não está diretamente vinculado às empresas (Rodrigues & Tavares, 2012).

#### **b) Projectos para Trabalhadores**

O sector mineiro tem priorizado ações habitacionais voltadas aos seus funcionários. A Sociedade Mineira do Cuango, por exemplo, promoveu a criação da “Vila Mineira dos Trabalhadores”, onde terrenos foram destinados aos trabalhadores que construíram suas casas com apoio posterior da empresa na forma de materiais de construção.

A Sociedade Mineira do Furi iniciou a construção de um bairro com 20 casas sociais para trabalhadores. A Mineira do Yetwene construiu residências para sábios comunitários e planeja novas moradias para líderes tradicionais e profissionais de saúde e educação. O Luele está também em fase de construção de residências para seus quadros técnicos, embora sem definição clara de expansão comunitária (Rodrigues & Tavares, 2012).

#### **c) Desafios e Percepções Institucionais**

Apesar de algumas práticas avançadas na Lunda Sul, há críticas quanto à ausência de projetos estruturais e inclusivos nas regiões impactadas. O Vice-Governador Técnico da Lunda Norte, Eng. Domingos Dala, afirma existirem registos escassos de ações habitacionais dirigidas às comunidades. A universidade acadêmica reforça essa crítica ao apontar falta de transparência e desalinhamento entre lucros empresariais e benefícios sociais efetivos.

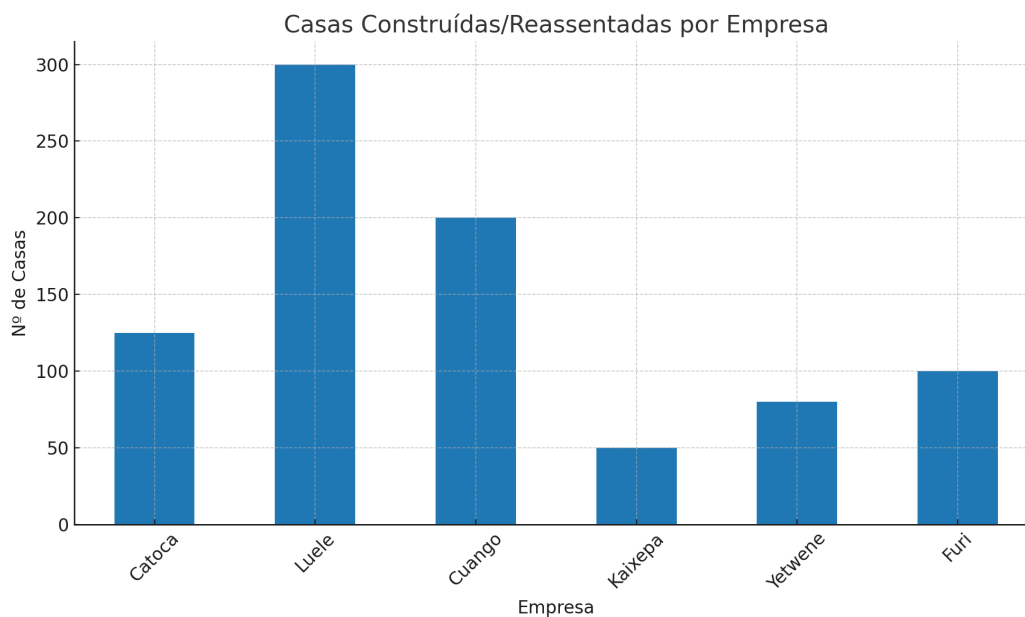
A Kaixepa, por sua vez, não possui projetos habitacionais próprios até o momento, embora desenvolva ações indiretas de apoio socioeconômico. Ademais, a cobertura de serviços fundamentais

como energia e água permanece desigual, comprometendo a eficácia dos investimentos habitacionais (Rodrigues & Tavares, 2012).

A análise indica que, embora existam boas práticas sobretudo na província da Lunda Sul, as ações habitacionais promovidas pelas empresas mineradoras permanecem limitadas e, frequentemente, restritas aos seus colaboradores diretos. A ausência de programas habitacionais sistemáticos, acessíveis e inclusivos dificulta a melhoria das condições de vida nas comunidades impactadas pela atividade extrativa.

Do que decorre das constatações investigadas, no sector habitacional a Luele é comparativamente a que apresenta maior número de casas reassentadas (300), seguida de Cuango e Catoca (vide o gráfico a seguir). Estas iniciativas têm grande impacto na qualidade de vida das comunidades.

Gráfico 7: Número de casas construídas ou reassentadas pelas Sociedades Mineiras



FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

No fim, a globalidade dos dados arrolados para o conjunto das ações de RSC permite inferir um quadro comparativo estimulante, se não mesmo positivo, quanto ao compromisso efectivo das empresas analisadas com as principais políticas de RSC que promovem desenvolvimento. A Sociedade Mineira de Catoca destaca-se como a empresa com maior impacto social e económico, sobretudo em emprego, saúde e educação. As outras sociedades apresentam contributos relevantes, mas de menor escala.

Tabela 15: Representação comparativa geral de acções de Responsabilidade Social Cooperativa

<b>Empresa</b>	<b>Empregos directos</b>	<b>Empregos indirectos</b>	<b>Beneficiários</b>	<b>Beneficiários saúde</b>	<b>Casas</b>
SM Catoca	2852	15000	5000	15000	125
SM Luele	1200	5000	1500	4000	300
SM Cuango	1500	7000	2000	6000	200
SM Kaixepa	800	3000	1000	3500	50
SM Yetwene	500	2000	800	1200	80
SM Furi	600	2500	1200	2500	100

FONTE: Elaborado pelos autores, com base na pesquisa de campo (2025).

Em suma, quanto aos desafios estruturais identificados, os seguintes constituem uma agenda de responsabilidades a exigir reações das empresas e suas políticas de RSC:

1. Maior equidade territorial na distribuição dos benefícios.
2. Fortalecimento da formação técnica e qualificação local.
3. Melhoria da transparência e meritocracia nos processos de seleção.
4. Criação de centros permanentes de formação técnica
5. Reforço das práticas de recuperação ambiental.

Aqui deve ser destacado que a Sociedade Mineira de Catoca tem papel central no desenvolvimento socioeconómico da Lunda Sul e regiões vizinhas. Contudo, apesar dos avanços (emprego, agricultura, industrialização), persistem falhas graves em transparência, equidade territorial e recuperação ambiental. Comparativamente, Catoca destaca-se positivamente nos projetos agrícolas, mas tem avaliação comunitária semelhante às demais devido à falta de impacto direto nas áreas urbanas e na inclusão social.

Finalmente, para que o sector mineiro se converta em vetor de justiça social e desenvolvimento sustentável, e contemplar de forma eficaz as expectativas das populações, do Estado e das Administrações regionais, será crucial, entre outras recomendações:

1. Reforçar parcerias com instituições académicas.
2. Garantir transparência nos recrutamentos.
3. Investir muito mais em recuperação ambiental efectiva.
4. Integrar mais profundamente agricultura e mineração.

### 3.4. COMPARAÇÃO COM REFERÊNCIAS TEÓRICAS

A presente revisão de literatura fundamenta-se numa análise abrangente do contexto histórico, legislativo, político e sectorial relacionado com a indústria mineira, com ênfase na exploração diamantífera em Angola. De forma mais ampla, a revisão visa analisar, conceptualizar e contextualizar os múltiplos domínios que compõem a problemática em estudo. Para tal, serão utilizados dados

secundários obtidos a partir de obras académicas, artigos científicos, publicações especializadas, relatórios anuais de empresas mineiras, atas de conferências e demais fontes documentais relevantes ao processo investigativo (Hart, 1998; Creswell, 2014).

Parte-se do pressuposto de que a indústria extractiva, em particular a mineração, pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento socioeconómico de países em vias de desenvolvimento, mediante a geração de empregos, o investimento em infraestruturas sociais, o incremento das receitas fiscais e a dinamização das economias locais (Hilson, 2002; Acemoglu, Johnson & Robinson, 2003). Tais contribuições revelam-se potencialmente transformadoras para o progresso social, económico e humano das regiões onde se inserem as operações mineiras (Sonter et al., 2017).

Todavia, a literatura especializada também assinala que a actividade mineira pode acarretar externalidades negativas de ordem social e ambiental, incluindo o aumento do desemprego juvenil, a degradação ambiental e a limitação do acesso sustentável aos recursos naturais pelas populações locais (Bebbington et al., 2008; Hilson & Potter, 2005). Esta dualidade destaca a importância da adoção de modelos de desenvolvimento sustentável que minimizem os impactos adversos.

No caso de Angola, após o término do conflito político-militar em 2002, o país experimentou um período de crescimento económico acelerado, impulsionado pela expansão das exportações minerais e pela valorização dos preços internacionais das commodities (World Bank, 2012; IMF, 2013). Fenômeno similar tem sido observado em outras economias ricas em recursos naturais, as quais reportaram melhorias nos índices de desenvolvimento humano (IDH) ou pelo menos tendências ascendentes (Collier, 2010).

Empresas mineiras de grande porte, como a SM Catoca, desempenharam papel expressivo na promoção do desenvolvimento local e regional, contribuindo para a melhoria das condições de vida das comunidades anfitriãs (Esteves, Franks & Vanclay, 2012). A literatura aponta que, em média, estas empresas impactam positivamente setores essenciais, entre os quais se destacam:

- a. Emprego: A indústria mineira gera milhares de postos de trabalho, abrangendo desde operários até profissionais altamente qualificados, o que representa um motor importante para o desenvolvimento económico local (Franks et al., 2014).
- b. Infraestruturas: Investimentos em infraestruturas básicas — como escolas, unidades de saúde e redes viárias — promovem o desenvolvimento social e o acesso a serviços essenciais (Ballard & Banks, 2003).
- c. Receita Fiscal: A atividade mineira é fonte relevante de receita para o Estado, por meio do pagamento de impostos, royalties e taxas, que podem ser direcionados para programas públicos (Auty, 2001).

- d. Promoção da Economia Local: Ao priorizar a aquisição local de bens e serviços, as empresas fortalecem o tecido empresarial regional e promovem a diversificação económica (Lund-Thomsen & Lindgreen, 2014).
- e. Responsabilidade Social Corporativa: Por meio de programas estruturados de RSC, as empresas buscam mitigar impactos negativos e maximizar benefícios sociais, ambientais e económicos para as comunidades (Moffat & Zhang, 2014).

Deste modo, a análise crítica da literatura contribui para a compreensão dos desafios, oportunidades e limitações da mineração enquanto vector do desenvolvimento sustentável, fornecendo suporte teórico e empírico à presente investigação.

## 4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como propósito analisar o papel do sector mineiro no leste de Angola - nomeadamente nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico - no que concerne ao seu contributo para o desenvolvimento regional sustentável, mediada pelos princípios e critérios de responsabilidade social corporativa. A análise foi orientada por três dimensões fundamentais: económica, social e ambiental, cujos principais resultados a seguir se sumarizam.

### 4.1 DIMENSÃO ECONÓMICA

A exploração diamantífera constitui a principal actividade económica no leste de Angola, com expressiva contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Empresas como a Sociedade Mineira de Catoca, Luele, Cuango, Furi, Kaixepa e Yetwene representam os principais agentes operacionais, responsáveis por consolidar Angola como o terceiro maior produtor mundial de diamantes em 2024, com uma produção de 14 milhões de quilates, apenas atrás da Rússia e do Botsuana (Kimberley Process, 2025; Semanário Angola Económico, 2025).

Contudo, observam-se efeitos colaterais indesejáveis sobre outros sectores, como a agricultura e a pecuária, cuja dinamização tem sido prejudicada pela expansão desordenada da actividade mineira. Além disso, a contribuição dos diamantes brutos para o PIB passou de 0,6% em 2014 para 2% em 2024, destacando-se a entrada em operação da Mina de Luele (Revista Quilate, 2025).

Ainda assim, o mercado enfrenta desafios significativos, como a queda acentuada nos preços dos diamantes naturais, provocada pela concorrência com os diamantes sintéticos e pela volatilidade do mercado global, com perdas que, segundo Ganga Júnior, Presidente do Conselho de Administração da Endiama, chegaram a 60% em relação ao valor previsto.

A depreciação cambial constitui outro factor de vulnerabilidade macroeconómica, tendo o Kwanza perdido 89,5% do seu valor face ao dólar entre 2013 e 2025, o que influencia diretamente os custos de produção e os indicadores financeiros do setor.

Destaca-se ainda o papel da Sociedade Mineira de Catoca enquanto principal agente económico na região, não apenas em termos de geração de emprego (com mais de 23 empresas terceirizadas e milhares de postos de trabalho directos e indirectos), mas também no dinamismo das cadeias de valor associadas ao comércio, serviços e logística. Todavia, a distribuição espacial dos benefícios permanece desigual, favorecendo as zonas periurbanas em detrimento das áreas urbanas e mais distantes.

## 4.2 DIMENSÃO SOCIAL

A análise da dimensão social revelou avanços e lacunas importantes. As empresas têm investido em programas de responsabilidade social corporativa (RSC), destacando-se acções em educação, saúde, formação técnico-profissional, apoio material e construção de infraestruturas escolares. Iniciativas como o Sistema AIRA e a adesão ao Pacto Global das Nações Unidas evidenciam uma orientação para a sustentabilidade.

Contudo, as avaliações da comunidade académica e das autoridades locais revelam perceções críticas quanto à ausência de protocolos formais, à cobertura limitada e à descontinuidade de algumas iniciativas. A participação das empresas na saúde comunitária, por exemplo, foi avaliada com nota 3 em 10 pelo Diretor Provincial de Saúde da Lunda Sul, denunciando fragilidades na articulação institucional, no financiamento a programas essenciais e na construção de infraestruturas de saúde.

No domínio habitacional, identificaram-se práticas inovadoras, como o uso de blocos ecológicos e sistemas solares em projectos como o de Sambaia (Sociedade Mineira de Catoca) e o reassentamento de cinco comunidades pela Sociedade Mineira do Luele. No entanto, subsiste uma cobertura insuficiente em regiões como a Lunda Norte, onde a Universidade Lueji A’Nkonde atribuiu notas entre 0 e 3 (numa escala de 0 a 10) aos impactos habitacionais das mineradoras.

## 4.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

No que diz respeito à sustentabilidade ambiental, as empresas demonstram níveis diferenciados de compromisso. A Sociedade Mineira do Luele destaca-se pelo rigor na aplicação de normas internacionais, como a certificação ISO 9001 e a vigilância ambiental permanente. Por outro lado, persiste a ausência de implementação efectiva de planos de recuperação ambiental nas zonas exploradas, com impactos directos sobre o acesso à terra e os meios de subsistência das comunidades agrícolas locais.

De forma geral, constata-se que embora algumas empresas apresentem boas práticas, os investimentos sociais e ambientais do sector mineiro ainda não se encontram devidamente institucionalizados, nem articulados com as políticas públicas e os planos de desenvolvimento das províncias constituintes da região Leste de Angola.

Em resumo, os resultados deste estudo mostram que as empresas que trabalham com mineração de diamantes em Angola, como a Sociedade Mineira de Catoca, são muito importantes. Elas exploram e vendem diamantes, que são um dos recursos naturais mais importantes do país. Estas empresas, que detêm as principais reservas diamantíferas, operam nas províncias de Lunda-Norte e Lunda-Sul, contribuindo para a economia angolana através da extração e venda de diamantes. Além disso,

mediante a realização do trabalho de campo em Lunda Norte e Lunda Sul, pode-se testemunhar de que forma as empresas dedicadas à extração de diamantes, especialmente a Catoca, colaboram para o desenvolvimento socio-económico da região leste de Angola.

É imprescindível destacar que a conclusão de nossa pesquisa evidencia que persistem os desafios associados aos investimentos sociais corporativos de empresas diamantíferas em Angola. Esses desafios envolvem a gestão das expectativas da comunidade, a transparência e a supervisão dos investimentos, a preservação da sustentabilidade e do impacto duradouro, a capacidade de atender às demandas específicas das comunidades locais, além da integração das actividades empresariais com o desenvolvimento social, sobretudo em regiões afastadas e carentes de infra-estrutura apropriada.

Assim, a subsecção subsequente apresenta as orientações para que as empresas diamantíferas implementem medidas que possam favorecer o progresso socio-económico do país e das comunidades na região leste.

## 5. RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados obtidos, apresentam-se as seguintes recomendações, com vista a promover uma maior integração da actividade mineira no desenvolvimento sustentável das regiões afetadas:

- **Estabelecimento de Protocolos Institucionais de Cooperação:** Recomenda-se a formalização de acordos entre empresas mineiras, governos provinciais e instituições académicas, com definição clara de metas, indicadores de desempenho e mecanismos de responsabilização, de forma a assegurar a eficácia e sustentabilidade das acções de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).
- **Implementação de Planos de Recuperação Ambiental:** Reforça-se a necessidade de exigência, por parte das entidades reguladoras, da aplicação efectiva dos planos de reabilitação ambiental das áreas exploradas, assegurando a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e a salvaguarda dos direitos das populações afectadas.
- **Fortalecimento da Transparência e Avaliação Independente:** Propõe-se a criação de mecanismos de monitorização externa e participativa dos projectos de RSC, envolvendo instituições académicas e organizações da sociedade civil, com vista à promoção da transparência, responsabilização e melhoria contínua.
- **Promoção da Diversificação Económica e Dinamização da Agroindústria:** Recomenda-se o desenvolvimento de políticas públicas e incentivos empresariais orientados para a valorização de sectores alternativos à mineração, em particular a agricultura e a agroindústria, como estratégia para geração de emprego sustentável no período pós-exploração.
- **Fomento à Governança Participativa:** Defende-se a inclusão de representantes das comunidades locais nos processos decisórios relacionados com reassentamentos, investimentos sociais e gestão ambiental, reforçando a legitimidade das intervenções e o respeito pelos direitos das populações.
- **Fortalecimento da Educação e Formação Técnica:** É essencial investir no reforço institucional de universidades e institutos técnicos da região, através da criação de programas curriculares focados em mineração sustentável, agroindústria e empreendedorismo, acompanhados por programas de bolsas de estudo e estágios oferecidos pelas empresas mineiras.
- **Promoção do Conteúdo Local e do Empreendedorismo Regional:** Propõe-se a definição de quotas mínimas para a contratação de mão de obra local e aquisição de

bens e serviços a fornecedores regionais, complementadas pela criação de incubadoras de empresas e apoio a pequenas e médias empresas (PME) locais.

- **Melhoria das Infraestruturas e da Conectividade Regional:** Recomenda-se o investimento na expansão e reabilitação das infraestruturas de transporte e telecomunicações - nomeadamente estradas, caminhos-de-ferro e acesso à internet de qualidade - como condição para a integração económica da região ao contexto nacional.
- **Transparência na Gestão das Operações Mineiras:** Sugere-se a criação de uma plataforma digital pública, onde sejam regularmente divulgados os relatórios financeiros, sociais e ambientais das empresas do sector, permitindo o acompanhamento por parte dos cidadãos e instituições.
- **Observatórios Regionais:** Há a necessidade de ser criar observatórios em Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico para monitorizar os impactos sociais, económicos e ambientais da mineração, com participação de universidades, empresas e comunidades.

## 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

O relatório “Desenvolvimento social e económico do Leste de Angola – Estudo do Impacto da Indústria Mineira e sua Contribuição na Transformação sócio-económica da Região”, apresenta os seguintes eixos como recomendações para estudos futuros:

- **Avaliação Longitudinal do Impacto das Práticas de RSC:** Recomenda-se a realização de estudos longitudinais que analisem os efeitos de médio e longo prazo das acções de RSC das empresas mineiras sobre indicadores de bem-estar social, acesso à educação, saúde e coesão comunitária nas províncias do leste de Angola.
- **Análise Comparativa entre Regiões com e sem Actividade Mineira:** Sugere-se a condução de estudos comparativos entre regiões com presença significativa da indústria mineira e outras com características socioeconómicas semelhantes, mas sem exploração mineral, para isolar e compreender melhor os efeitos específicos da mineração sobre o desenvolvimento regional.
- **Impacto Ambiental e Percepções Comunitárias:** Investigações futuras poderiam explorar a relação entre os impactos ambientais da mineração e as percepções das comunidades locais, considerando a confiança nas instituições, a participação social e o acesso à informação ambiental.
- **Estudo sobre a Participação das Comunidades na Governança Mineira:** Sugere-se a análise dos mecanismos de participação social nos processos de decisão relacionados

com a mineração (ex. reassentamentos, gestão de recursos, monitorização de impactos), com foco no empoderamento comunitário e na eficácia das instâncias de diálogo.

- **Estudos de Género e Inclusão Social na Indústria Mineira:** Propõe-se investigar o papel das mulheres e de grupos vulneráveis no contexto da mineração, com enfoque na sua inclusão económica, acesso a oportunidades, exposição a riscos sociais e protecção dos direitos humanos.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2003). An African success story: Botswana. In D. Rodrik (Ed.), *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth* (pp. 80–119). Princeton University Press.
- Agência Angola Press. (2024, 10 de março). Secretário de Estado aponta desafios no mercado de diamantes naturais. <https://www.angop.ao/noticia/economia/diamantes-desafios-mercado-2024>.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224.
- Auty, R. M. (2001). *Resource abundance and economic development*. Oxford University Press.
- Ballard, C., & Banks, G. (2003). Resource wars: The anthropology of mining. *Annual Review of Anthropology*, 32(1), 287–313. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093235>
- Baptista, D. K. D. (2022). Metodologias alternativas para deposição de rejeitados de minério de ferro dos depósitos de Cassinga Norte em Angola e análise da possibilidade de reutilização da antiga barragem [Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto (FEUP)].
- Bebbington, A., Hinojosa, L., Bebbington, D. H., Burneo, M. L., & Warnaars, X. (2008). Contention and ambiguity: Mining and the possibilities of development. *Development and Change*, 39(6), 887–914. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.2008.00514.x>
- Bice, S. (2014). Mining and the ‘Licence to Operate’: Social Licence and State Consent in the Marange Diamond Fields, Zimbabwe. *Resources Policy*, 41, 117–126.
- Bice, S. (2014). What Gives You a Social Licence? An Exploration of the Social Licence to Operate in the Australian Mining Industry. *Resources*, 3(1), 62–80. <https://doi.org/10.3390/resources3010062>
- Boiral, O. (2007). Corporate greening through ISO 14001: A rational myth? *Organization Science*, 18(1), 127–146. <https://doi.org/10.1287/orsc.1060.0224>
- Bray, M. (2000). *Community partnerships in education: Dimensions, variations and implications*. UNESCO.
- Bridge, G. (2004). Contested terrain: Mining and the environment. *Annual Review of Environment and Resources*, 29, 205–259. <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.28.011503.163434>
- Campos, L. M. S., & Barbosa, L. C. F. M. (2018). *Gestão da qualidade: Teoria e casos*. São Paulo: Atlas.
- Catoca. (2023). *Relatório de responsabilidade social 2022–2023*. Sociedade Mineira de Catoca.
- Catoca. (2024). *Relatório de Responsabilidade Social Corporativa*. Sociedade Mineira de Catoca. Cf.<http://w.w.luele.co.ao>. acessado 16/06/2025
- Chambers, R. (1997). *Whose reality counts? Putting the first last*. Intermediate Technology Publications.
- Clark, V. L. P., & Creswell, J. W. (2010). *Understanding research: A consumer’s guide*. Pearson.
- Collier, P. (2010). The political economy of natural resources. *Social Research*, 77(4), 1105–1132.
- Coqueia, S. A. C. (2014). Metodologia para o controlo geoambiental da bacia de contenção de rejeitados da sociedade mineira de Catoca em Angola [Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto (FEUP)].
- Cornwall, A. (2008). Unpacking ‘Participation’: Models, Meanings and Practices. *Community Development Journal*, 43(3), 269–283.

- Creswell, J. W. (2003). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (2nd ed.). SAGE Publications.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Sage Publications.
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business*. Capstone.
- Endiama. (2021). *Relatório anual de atividades 2020/2021*. Empresa Nacional de Diamantes de Angola.
- Endiama. (2023). *Relatório de atividades 2022–2023*. Empresa Nacional de Diamantes de Angola.
- Esteves, A. M., Franks, D., & Vanclay, F. (2012). Social impact assessment: The state of the art. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 30(1), 34–42. <https://doi.org/10.1080/14615517.2012.660356>
- Etzkowitz, H., & Leydesdorff, L. (2000). The dynamics of innovation: From National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, 29(2), 109–123. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(99\)00055-4](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(99)00055-4)
- Ferreira, I. M. F. (2014). *Recursos naturais e o desenvolvimento de Angola: Relendo a maldição dos recursos* [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)].
- Franks, D. M., Brereton, D., & Moran, C. J. (2014). Managing the social impacts of mining. In J. R. Owen & R. Kemp (Eds.), *Mining and social transformation in Africa: Mineralizing and democratizing trends in artisanal production* (pp. 32–47). Routledge.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman.
- Fundação Brilhante. (2023). *Projetos sociais e comunitários 2022*. <https://www.fundacaobrilhante.co.ao>
- Garnett, S. T., Szabo, J. K., & Dutson, G. (2009). Mining and biodiversity in Africa. *African Journal of Environmental Science and Technology*, 3(3), 39–44.
- GARRY, S Becher: *Economic Theory*, Roulledge, 2 edição ,2007
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (Orgs.). (2009). *Métodos de pesquisa*. UFRGS Editora. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª ed.). Atlas.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1989). *Fourth generation evaluation*. Sage Publications.
- Hart, C. (1998). *Doing a literature review: Releasing the social science research imagination*. Sage Publications.
- Hilson, G. (2002). The environmental impact of small-scale gold mining in Ghana: Identifying problems and possible solutions. *The Geographical Journal*, 168(1), 57–72. <https://doi.org/10.1111/1475-4959.00029>
- Hilson, G. (2010). “Small-scale mining, poverty and economic development in sub-Saharan Africa”: An overview. *Resources Policy*, 34(1-2), 1–5. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2008.12.001>
- Hilson, G. (2012). Corporate Social Responsibility in the extractive industries: Experiences from developing countries. *Resources Policy*, 37(2), 131137. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.01.002>

- Hilson, G., & Banchirigah, S. M. (2009). Are alternative livelihoods projects alleviating poverty in mining communities? Experiences from Ghana. *The Journal of Development Studies*, 45(2), 172–196. <https://doi.org/10.1080/00220380802553061>
- Hilson, G., & Murck, B. (2000). Sustainable Development in the Mining Industry: Clarifying the Corporate Perspective. *Resources Policy*, 26(4), 227–238.
- Hilson, G., & Potter, C. (2005). Structural adjustment and subsistence industry: Artisanal gold mining in Ghana. *Development and Change*, 36(1), 103–131. <https://doi.org/10.1111/j.0012-155X.2005.00406.x>
- IFC – International Finance Corporation. (2007). *Stakeholder engagement: A good practice handbook for companies doing business in emerging markets*. World Bank Group.
- IMF. (2013). *Angola: Selected issues*. International Monetary Fund. <https://www.imf.org>
- International Labour Organization (ILO). (2017). *Global estimates of child labour: Results and trends, 2012-2016*. Geneva: ILO.
- International Labour Organization. (2021). *Occupational safety and health: Global strategy on occupational safety and health*. <https://www.ilo.org>
- ISO. (2015). *ISO 9001:2015 – Quality management systems – Requirements*. International Organization for Standardization. <https://www.iso.org/iso-9001-quality-management.html>
- Kemp, D., & Owen, J. R. (2013). Community relations and mining: Core to business but not “core business”. *Resources Policy*, 38(4), 523–531. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.08.003>
- Kimberley Process. (2020). *Annual report: Ensuring the traceability of conflict-free diamonds*. <https://www.kimberleyprocess.com>
- KPMG Angola. (2016). *Guia do setor mineiro em Angola*. <https://home.kpmg/ao>
- Levinson, A. A. (2001). *Introduction to gemology* (2nd ed.). Gemological Institute of America.
- Lopes, P. C. (2022). *Desenvolvimento da educação escolar pública em Angola: Percepções de actores locais sobre o processo da escolarização entre 2008 e 2018 na região leste angolana* [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto].
- Lopes, P. C., Correia, J. C., & Grosso, L. (2022). Educação escolar na região leste angolana: Percepções de professores(as) e alunos(as) do ensino secundário sobre o processo da implementação de educação escolar. [Sisyphus: *Journal of Education*, publicada pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa], volume 10, páginas 127- 149. <https://doi.org/10.25749/sis.26119>
- Lund-Thomsen, P., & Lindgreen, A. (2014). Corporate social responsibility in global value chains: Where are we now and where are we going? *Journal of Business Ethics*, 123(1), 11–22. <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1796-4>
- Macintyre, M., Mee, W., & Solomon, F. (2018). Evaluating social performance in the extractive industries: The importance of transparency, participation, and accountability. *Resources Policy*, 57, 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2018.01.011>
- Maconachie, R., & Hilson, G. (2013). Artisanal Mining and Post-conflict Reconstruction in Sierra Leone: Myths and Realities. *The Journal of Modern African Studies*, 51(3), 439–464.
- Maconachie, R., & Hilson, G. (2013). Editorial: The extractive industries, community development and livelihood change in developing countries. *Community Development Journal*, 48(3), 347–359. <https://doi.org/10.1093/cdj/bst018>

- Maconachie, R., & Hilson, G. (2013). Mining, resource conflicts and “community development”: negotiating corporate social responsibility in Ghana. *The Geographical Journal*, 179(2), 116–130. <https://doi.org/10.1111/geoj.12001>
- MIREMPET. (2022). *Estratégia de desenvolvimento do subsector diamantífero 2022–2027*. Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.
- Moffat, K., & Zhang, A. (2014). The paths to social licence to operate: An integrative model explaining community acceptance of mining. *Resources Policy*, 39, 61–70. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2013.11.003>
- Naval, D. L. V. (2020, dezembro 16). *O jazigo de Catoca: Contributo dos estudos geológicos para a sua caracterização [Relatório de estágio, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto]*.
- Nuno Silva, (2021). *Levantamento das ravinhas na província da Lunda-Norte: Impactos nas políticas de desenvolvimento social e humano. (dados catalográficos indisponíveis)*.
- OECD. (2019). *Due diligence guidance for responsible supply chains of minerals from conflict-affected and high-risk areas (3rd ed.)*. Organisation for Economic Co-operation and Development. <https://www.oecd.org>
- Oliveira, D. R., Lopes, F., & Silva, M. (2020). Technological advances in deep-sea mining and environmental risks. *Journal of Marine Science and Engineering*, 8(5), 327. <https://doi.org/10.3390/jmse8050327>
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://sdgs.un.org/goals>
- ONU. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2010). *Health systems financing: The path to universal coverage*.
- Owen, J. R., & Kemp, D. (2013). Social license and mining: A critical perspective. *Resources Policy*, 38(1), 29–35. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.06.016>
- Paranhos, R., Silva, J. A., Figueiredo Filho, D. B., Rocha, E. C. da, Freitas, D., & Santos, M. L. W. dos. (2016). Metodologia científica: Para ciências sociais aplicadas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(90), 1–20. <https://doi.org/10.17666/319002/2016>
- Pegg, S. (2006). Mining and poverty reduction: Transforming rhetoric into reality. *Journal of Cleaner Production*, 14(3–4), 376–387. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.01.012>
- Pellizzoni, L. (2012). The Power of Environmental Expertise: Knowledge and Politics in Ecological Debate. *Environmental Politics*, 21(6), 911–927.
- Pereira, D. J. C. (2017, outubro 30). *Otimização do circuito de tratamento do minério diamantífero da central da Sociedade Mineira de Catoca [Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)]*.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). Strategy and society: The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, 84(12), 78–92.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating shared value: How to reinvent capitalism—and unleash a wave of innovation and growth. *Harvard Business Review*, 89(1/2), 62–77.
- Pretty, J. (1995). Participatory learning for sustainable agriculture. *World Development*, 23(8), 1247–1263. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(95\)00046-F](https://doi.org/10.1016/0305-750X(95)00046-F)

- Proetti, A. (2017). Manual de pesquisa quantitativa: Como usar a estatística a favor da pesquisa. Atlas.
- República de Angola. (2022). Plano de Desenvolvimento Nacional 2022–2027. Governo de Angola.
- Rodrigues, C. U., & Tavares, A. P. (2012). Angola's planned and unplanned urban growth: diamond mining towns in the Lunda provinces. *Journal of Contemporary African Studies*, 30(4), 687–703.
- Rufino, S. A. (2025). Comunicação pessoal, Instituto Superior Politécnico do Saurimo, julho de 2025.
- Santos, M., & Chitombe, L. (2021). Mineração e desenvolvimento regional em Angola: Desafios e perspectivas. *Revista de Estudos Africanos*, 18(2), 33–48.
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.
- Shaw, R. (2018). Marine mining: Environmental and technical challenges. In R. Jasper (Ed.), *Sustainable Resource Development in the Deep Sea* (pp. 85–102). Springer.
- Sociedade Mineira de Catoca. (2024). Relatório anual de sustentabilidade. Catoca.
- Sonter, L. J., Dade, M. C., Watson, J. E. M., & Valenta, R. K. (2017). Mining and biodiversity: Key issues and research needs in conservation science. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 284(1862), 20161136. <https://doi.org/10.1098/rspb.2016.1136>
- Teddle, C., & Tashakkori, A. (2009). *Foundations of mixed methods research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences*. SAGE Publications.
- UNCTAD. (2020). *Economic Development in Africa Report 2020: Tackling illicit financial flows for sustainable development in Africa*. United Nations Conference on Trade and Development. <https://unctad.org>
- UNICEF. (2019). *Child labour and education: Evidence from Angola*. UNICEF Angola.
- United Nations (ONU). (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. New York: UN.
- World Bank. (2012). *Angola - Country economic memorandum: Adjusting to lower oil prices*. World Bank Group.
- World Bank. (2020). *World development report 2020: Trading for development in the age of global value chains*. World Bank Group.
- World Health Organization. (2015). *Health in the 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://www.who.int>

